



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO  
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO  
CURSO DE LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

**TAMIRES DOS SANTOS CÂNDIDO**

**A IMPORTÂNCIA DO PROFISSIONAL DE APOIO PARA O  
ACOMPANHAMENTO DO ENSINO-APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS COM  
NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS EM UMA ESCOLA DO CAMPO:**

**O CASO DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO  
FUNDAMENTAL I BENÍCIA ALVES DE LIMA**

**SUMÉ - PB  
2023**

**TAMIRES DOS SANTOS CÂNDIDO**

**A IMPORTÂNCIA DO PROFISSIONAL DE APOIO PARA O  
ACOMPANHAMENTO DO ENSINO-APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS COM  
NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS EM UMA ESCOLA DO CAMPO:**

**O CASO DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO  
FUNDAMENTAL I BENÍCIA ALVES DE LIMA**

**Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Educação do Campo do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Educação do Campo.**

**Linha de Pesquisa:** A Importância do Profissional de Apoio para o acompanhamento do ensino-aprendizagem de crianças com necessidades educacionais especiais em uma Escola do Campo.

**Orientadora: Professora Dra. Denise Xavier Torres.**



C217i Cândido, Tamires dos Santos.

A importância do profissional de apoio para o acompanhamento de ensino-aprendizagem de crianças com necessidades educacionais especiais em uma escola do campo: o caso da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental I Benícia Alves de Lima. / Tamires dos Santos Cândido. - 2023.

80 f.

Orientadora: Professora Dra. Denise Xavier Torres.  
Monografia - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso de Licenciatura em Educação do Campo.

1. Educação especial. 2. Profissional de apoio - educação. 3. Inclusão escolar. 4. Educação do Campo. 5. Escola do campo. 6. Escola Municipal Benícia Alves de Lima - Monteiro - PB. 7. Monteiro - PB - Educação do Campo. I. Torres, Denise Xavier. II Título.

CDU: 376(043.1)

**Elaboração da Ficha Catalográfica:**

Johnny Rodrigues Barbosa  
Bibliotecário-Documentalista  
CRB-15/626

**TAMIRES DOS SANTOS CÂNDIDO**

**A IMPORTÂNCIA DO PROFISSIONAL DE APOIO PARA O  
ACOMPANHAMENTO DO ENSINO-APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS COM  
NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS EM UMA ESCOLA DO CAMPO:**

**O CASO DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO  
FUNDAMENTAL I BENÍCIA ALVES DE LIMA**

**Monografia apresentada ao Curso de  
Licenciatura em Educação do Campo do  
Centro de Desenvolvimento Sustentável  
do Semiárido da Universidade Federal de  
Campina Grande, como requisito parcial  
para obtenção do título de Licenciada em  
Educação do Campo.**

**BANCA EXAMINADORA:**

---

**Professora Dra. Denise Xavier Torres.  
Orientadora - UAEDUC/UFCG/CDSA**

---

**Professora Dra. Carolina Figueiredo Sá.  
Examinadora Externa - UAEDUC/UFCG/CDSA**

---

**Professora Me. Alisson Clauber Mendes de Alencar.  
Examinador Externo - SEDUC/Sumé-PB - UFPE/CAA**

**Trabalho aprovado em: 16 de fevereiro de 2023.**

**SUMÉ - PB**

Dedico primeiramente a Deus, por ter iluminado meu caminho, ter me dado força e discernimento em todos os momentos, principalmente nos mais difíceis.

Aos meus pais Danielma dos Santos Cândido e Irenildo Cândido do Nascimento por terem me incentivado e apoiado a ingressar no curso, como também a concluí-lo e, por me ensinar os verdadeiros valores da vida e a importância dos estudos.

As minhas irmãs Irislene e Camila por cada palavra e também por toda contribuição ao longo deste percurso, e as minhas sobrinhas Isis e Laís.

Ao meu pai Irenildo Cândido do Nascimento (in memoriam).

A minha avó Maria do Socorro (in memoriam).

Enfim, a cada pessoa que contribuiu de alguma forma para que eu conseguisse chegar até aqui.

## AGRADECIMENTOS

Tudo em nossa vida tem um propósito de Deus, então quero agradecer primeiramente a Ele, por me fazer trilhar essa trajetória incrível e por me fazer suportar a caminhada, pois como sabemos não foi fácil, teve inúmeros obstáculos desde o início, mas Ele me deu força e coragem para ultrapassar cada obstáculo que surgiu no caminho.

Aos meus pais, Irenildo e Danielma, que não mediram esforços para que eu ingressasse neste curso e para que o mesmo fosse concluído, e principalmente por me mostrarem desde cedo à importância do conhecimento e por todo o incentivo e apoio no decorrer desta trajetória, sem vocês eu não teria chegado até aqui, pois não teria força alguma de vencer cada obstáculo sem vocês ao meu lado, sou grata por todas as vezes que fizeram o possível e o impossível para que eu tivesse um futuro maravilhoso, por sempre priorizar os meus estudos e garantir que não me faltasse nada.

A toda a minha família, de maneira especial, às minhas irmãs, pelo apoio emocional, e por cada palavra de motivação, nos momentos mais difíceis da minha caminhada até aqui. A Camila sou grata por ter digitado os meus trabalhos quando estava sem condições de digitar, a Iris e Ricardo por sempre me acolherem em sua casa e ir me levar ao ponto do carro, para que assim conseguisse chegar até a universidade, enfim, por cada trabalho acadêmico que me ajudaram quando me sentia insegura quanto ao que tinha escrito.

A Erivaldo Ferreira, por me compreender nos momentos de correria e excessos nos horários de estudo, sempre com palavras positivas e de conforto, por toda dedicação em buscar compreender meus desesperos e estresses, obrigada!

A professora Maria do Socorro por ter arrumado um espaço no Núcleo de Agricultura Familiar “NEAF”, onde eu pudesse ficar nos dias que fosse para estar na universidade, pois não tínhamos condições de alugar um espaço para ficar, enquanto chegava o período de inscrição para a Residência Universitária e saber se seria contemplada com uma das vagas.

Ao meu primo Flávio Monteiro, por toda ajuda dada, nos momentos que precisei, por todo conhecimento compartilhado. A professora Daniele Tavares por sempre me socorrer nos momentos mais necessitados, por cada livro emprestado, enfim, por tudo.

A Rosane Marques por tudo que fez por mim desde quando ingressamos na universidade, foram inúmeros momentos compartilhados e vividos, sou grata e agradeço a Deus por ter colocado você no meu caminho, por sempre me socorrer, pelas idas e vindas loucas de Monteiro a Sumé, por estar comigo nos momentos de mais necessidade, quando mal

estava conseguindo andar e você estava lá me ajudando, enfim, por tudo mesmo, já que tiveram várias outras experiências.

A cada professor que tive o prazer e oportunidade de conhecer e cursar cada disciplina no decorrer do curso e aprender muitíssimo com os mesmos, como: Almir Anacleto de Araújo Gomes, Bruno Medeiros Roldão de Araújo, Carolina Figueiredo de Sá, Carolina Silva de Medeiros, Denise Maria Duarte Coutinho, Denise Xavier Torres, Diego Bruno de Souza, Duílio Pereira da Cunha, Emilson Ferreira Garcia Júnior, Erivan Silva, Fabiano Custodio de Oliveira, Filipe Gervásio Pinto da Silva, Gabriela da Nóbrega Carreiro, Gedeon José de Oliveira, Isaac Alexandre da Silva, Jose Irelanio Leite de Ataíde, Marcelle Ventura Carvalho, Marcus Bessa, Maria Aparecida de Melo Palma, Maria do Socorro Silva, Maurício Barbosa de Lima, Mônica Martins Negreiros, Nadege da Silva Dantas, Patricia de Jesus Costa dos Santos, Rafael Trindade Maia, Valdonilson Barbosa dos Santos, Valéria Andrade, Vinicius Ramos Bezerra, Wallace Gomes Ferreira de Souza.

A Alisson Clauber, por exatamente tudo que fez por mim, desde uma palavra, um ensinamento, por está sempre pronto para ajudar a quem quer que seja; por sempre arrumar um tempinho pra tirar minhas dúvidas, me sugerir algo, fazendo com que eu consiga ir mais além do que possa imaginar, através de suas sugestões, vendo sempre os melhores meios e caminhos que devo recorrer em cada momento, etc.; sou muito grata a ti.

As minhas amigas, Milena, Juliana e Izabele por todo caminho trilhado juntas, por todos os altos e baixos que tem em amizades verdadeiras, por cada momento difícil que enfrentamos ao longo desses anos, mas que decidimos percorrer juntas, pois tínhamos a certeza que juntas à caminhada seria mais leve, uma sempre ajudando as outras, enfim, sou grata pelo conhecimento compartilhado, por cada momento e experiência que vivenciamos durante esse tempo.

Aos meus colegas da turma de 2017 inclusive aos que mais contribuíram de alguma forma com o meu crescimento, enquanto estudante de Licenciatura em Educação do Campo foi um caminho lindo trilhado ao lado de cada um de vocês, cada um com seu jeito, mas cheio de conhecimentos e experiências únicas a compartilhar no percorrer dessa caminhada.

Meu agradecimento a toda equipe da Escola Municipal Benícia Alves de Lima pelo acolhimento e pelas contribuições para a concretização da minha pesquisa de trabalho, em especial a Margarida Mendes de Sousa, Marília Soares Tenório e Simone Soares da Silva, sem vocês esta pesquisa não seria tão rica, meu muito obrigado.

Aos colegas de outros cursos e períodos que puderam trilhar essa trajetória comigo, compartilhando saberes e experiências. Quero agradecer a todos que fizeram esta caminhada

se tornar mais divertida, proveitosa e possível de se realizar, obrigada também a Lucas Ruan, Paula Dayana, Elivelton, Tanielzy e meu avô Damião por tudo que fizeram por mim.

De modo geral, agradeço imensamente a todos aqueles que contribuíram para a realização deste trabalho, dando-me atenção, carinho, principalmente buscando me compreender, sem contar às vezes que proferiram palavras positivas e de motivação.

“Inclusão é um direito daqueles que precisam, e incluir é um dever de todos”.

Letícia Butterfield

## RESUMO

O trabalho monográfico intitulado “A importância do profissional de apoio para o acompanhamento do ensino-aprendizagem de crianças com necessidades educacionais especiais em uma Escola do Campo: o caso da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental I Benícia Alves de Lima”, tem como objetivo geral compreender quais as especificidades do trabalho do profissional de apoio nas turmas que possuem crianças com necessidades educacionais especiais em uma Escola do Campo, mais especificamente, na Unidade Escolar da Zona Rural do Município de Monteiro - PB. Como objetivos da pesquisa: a) caracterizar a formação do profissional de apoio; b) mapear as estratégias de trabalho do profissional de apoio com as crianças; e c) identificar aproximações do trabalho desenvolvido pelo profissional de apoio com a Educação do Campo a partir dos princípios da Educação Contextualizada. Através de levantamentos bibliográficos, leituras e análises de algumas obras de diferentes autores, procurou-se apresentar aspectos relevantes acerca do tema abordado, como por exemplo, Leite, 1999; Ribeiro, 2012; Mosquera, 2003; Carvalho, 2007; Nunes, 2010; Manzini, 2010; Sasaki, 1997; Kraus, 2015; Farias, 2009, entre outros. Considero este trabalho de grande relevância, através dele tenho a oportunidade de desempenhar um trabalho que poderá contribuir futuramente de maneira significativa para outras pessoas, e principalmente para os profissionais de apoio de crianças com necessidades educacionais especiais que buscam compreender melhor sobre o tema, pois os educadores e professores precisam estar cientes das diversidades que vão encontrar nas salas de aula, por este motivo devem estar preparados, dispostos e conscientes que trabalharão com as diferenças. A inclusão desses alunos com necessidades educacionais especiais é um grande desafio, mas que deve ser enfrentados por todos, desde os governantes, os órgãos que são encarregados pelas normas educacionais, quanto pelas direções de cada escola, sua equipe escolar e mais especificamente pelos educadores, profissionais de apoio, pais, enfim, por toda comunidade. Com esta pesquisa, foi possível analisar de maneira mais minuciosa a importância das unidades escolares disponibilizarem profissionais especializados para cuidar de crianças com necessidades educacionais especiais, pois, como sabemos, esses alunos dependem de alguém para se locomoverem, se alimentarem e para as demais necessidades de higienização. Conhecemos sobre a formação do profissional de apoio, que o mesmo tem a necessidade de ser melhor assistido para conhecer as especificidades dos estudantes; sobre o mapeamento das estratégias de trabalho do profissional de apoio com as crianças, para saber as estratégias utilizadas em sala de aula para que os alunos consigam acompanhar e compreender as atividades trabalhadas em cada disciplina; e por fim, buscamos identificar as aproximações do trabalho desenvolvido pelo profissional de apoio com a Educação do Campo a partir dos princípios da Educação Contextualizada, como forma de identificar as atividades desenvolvidas na sala de aula que se relacionam de fato com a Educação do Campo e com a realidade do aluno.

**Palavras-chave:** educação especial; importância do profissional de apoio; inclusão escolar e educação do campo.

## RESUMEN

CÂNDIDO, Tamires dos Santos. **La importancia de los profesionales de apoyo para el seguimiento de la enseñanza y aprendizaje de niños con necesidades educativas especiales en una escuela del campo:** el caso de la escuela municipal de educación infantil y educación primaria i benícia alves de lima. 2023. 83f. (Trabalho de Conclusão de Curso – Monografia), Curso de Licenciatura em Educação do Campo, Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, Universidade Federal de Campina Grande, Sumé – Paraíba – Brasil, 2023.

El trabajo monográfico titulado “La importancia del profesional de apoyo para el acompañamiento de la enseñanza-aprendizaje de niños necesidades educativos especiales en una Escuela Rural: el caso de la Escuela Municipal de Educación Infantil y Educación Básica I Benícia Alves de Lima”, tiene como objetivo general comprender cuáles son las especificidades del trabajo del profesional de apoyo em lãs clases que tienen niños con necesidades educativas especiales en una Escuela Rural, más específicamente, en la Unidad Escolar del Área Rural del Municipio de Monteiro - PB. Como objetivos de la investigación: a) caracterizar la formación del profesional de apoyo; b) mapear las estrategias de trabajo del profesional de apoyo con los niños; y c) identificar aproximaciones del trabajo desarrollado por el profesional de apoyo con la Educación Rural a partir de los principios de la Educación Contextualizada. A través de levantamientos bibliográficos, lecturas y análisis de algunas obras de diferentes autores, se intentó presentar aspectos relevantes sobre el tema abordado, como por ejemplo, Leite, 1999; Ribeiro, 2012; Mosquera, 2003; Carvalho, 2007; Nunes, 2010; Manzini, 2010; Sasaki, 1997; Kraus, 2015; Farias, 2009, idem. Considero de gran relevancia este trabajo, a través del mismo tengo la oportunidad de realizar una labor que puede contribuir significativamente a otras personas en el futuro, y en especial a los profesionales de apoyo de niños con necesidades educativas especiales que buscan comprender mejor el tema, como educadores y docentes. necesitan ser conscientes de las diversidades que encontrarán en las aulas, por ello deben estar preparados, dispuestos y conscientes de que trabajarán con las diferencias. La inclusión de estos Estudiantes con necesidades educativas especiales es um gran desafío, pero que debe ser enfrentado por todos, desde el gobierno, los órganos que están a cargo de las normas educativas, así como la dirección de cada escuela, supersonal escolar y más. específicamente por parte de educadores, profesionales de apoyo, padres, en definitiva, para toda la comunidad. Con esta investigación fue posible analizar con más detalle la importancia de que las unidades escolares cuenten con profesionales especializados para atender a los niños con necesidades educativas especiales, ya que, como sabemos, estos estudiantes dependen de alguien para moverse, comer y para otras necesidades de higiene. Sabemos de la formación del profesional de apoyo, que necesita ser mejor asistido para conocer las especificidades de los alumnos; en el mapeo de las estrategias de trabajo del profesional de apoyo con los niños, para conocer las estrategias utilizadas en el aula para que los alumnos puedan seguir y comprender las actividades trabajadas en cada tema; y finalmente, buscamos identificar las aproximaciones del trabajo desarrollado por el profesional de apoyo a la Educación Rural a partir de los principios de la Educación Contextualizada, como forma de identificar las actividades desarrolladas en el aula que en realidad están relacionadas con la Educación Rural y con la realidad del estudiante.

**Palabras clave:** educación especial; importancia del profesional de apoyo; inclusión escolar y educación rural.

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

- CNE/CEB** – Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Básica
- CONAE** – Conferência Nacional de Educação
- E.M.E.F** – Escola Municipal de Ensino Fundamental
- EJA** – Educação de Jovens e Adultos
- INEP** – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
- LDB** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação - 1996
- LDBEN** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - 1961
- MST** – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
- NEAF** - Núcleo de Agricultura Familiar
- ONU** – Organização das Nações Unidas
- PPP** – Projeto Político Pedagógico
- PCN’S** – Parâmetros Curriculares Nacionais
- PRONERA** – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
- PSDB-MG** – Partido da Social Democracia Brasileira - MG
- RESAB** – Rede Educação do Semi-Árido Brasileiro
- SECADI** – Secretaria de Educação Continuada, Diversidade e Inclusão
- SEESP** – Secretaria de Educação Especial
- TILS** – Tradutor e Intérprete de Libras
- UFSCar** – Universidade Federal de São Carlos
- UnB** – Universidade de Brasília

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2</b>	<b>A EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO DO CAMPO E O PAPEL DO PROFISSIONAL DE APOIO NO ACOMPANHAMENTO DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS.....</b>	<b>16</b>
2.1	TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO DO CAMPO – AVANÇOS E CONQUISTAS NO MUNDO E NO BRASIL.....	16
2.2	O TRABALHO DO PROFISSIONAL DE APOIO – BASES LEGAIS E PEDAGÓGICAS.....	24
<b>3</b>	<b>EDUCAÇÃO DO CAMPO E EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA PARA A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO: AVANÇOS EM DIREÇÃO À EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO CAMPO.....</b>	<b>30</b>
3.1	A OFERTA DE ESCOLARIZAÇÃO NAS ÁREAS RURAIS DO BRASIL – PELO QUÊ LUTA A EDUCAÇÃO DO CAMPO E A EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA?.....	30
3.2	POSSIBILIDADES DE APRENDER A PARTIR DO CHÃO QUE SE PISA – EM FOCO EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA PARA A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO.....	40
<b>4</b>	<b>CAMINHOS DA PESQUISA: OPÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS.....</b>	<b>47</b>
4.1	TIPO DE PESQUISA.....	47
4.2	CAMPO DE PESQUISA.....	48
4.2.1	Município.....	48
4.2.2	Comunidade.....	48
4.2.3	Escola.....	49
4.3	SUJEITOS.....	51
4.4	INSTRUMENTOS METODOLÓGICOS.....	52
4.5	PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE.....	53
<b>5</b>	<b>O TRABALHO DO PROFISSIONAL DE APOIO DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS EM UMA ESCOLA DO CAMPO: O QUE DIZEM OS DADOS DA PESQUISA.....</b>	<b>57</b>
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>66</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>69</b>
	<b>APÊNDICE.....</b>	<b>75</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente estudo se insere nas discussões sobre a importância do profissional de apoio para o acompanhamento do ensino-aprendizagem de crianças com especiais, no debate acerca da Educação do Campo, a partir da minha graduação no curso de Licenciatura em Educação do Campo no Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande - Sumé - PB. Este centro possui uma importância estratégica no desenvolvimento educacional na região, possibilitando discutir temas da educação e as especificidades relacionadas às problemáticas existentes ao determinado tema.

Uma dessas problemáticas recentes tem sido a oferta da educação a públicos até então excluídos, uma vez que a distância dos grandes centros urbanos, até então era um dos empecilhos para a educação como um direito fundamental e no caso das pessoas com necessidades especiais, havia alguns fatores agravante, sejam os próprios preconceitos e a ausência de condições de acesso, ou mesmo a inexistência da oferta dessa modalidade de ensino. Surge então um novo panorama já vivenciado internacionalmente, a partir de um conjunto de disposições legais que asseguram os cuidados especializados para o acesso à educação, por parte de pessoas com necessidades especiais.

A educação escolar desde seus primeiros passos tem sido um desafio para todos. Sendo um direito fundamental assegurado constitucionalmente, a educação é um dos fatores de maior relevância no desenvolvimento social e cultural de um país e de uma região. A Educação do Campo<sup>1</sup>, atualmente cumpre um importante papel na aproximação das vivências dos sujeitos aos processos de aprendizagem, sendo uma importante ferramenta de vinculação das pessoas aos seus lugares, onde ocorre a maior parte das relações significativas, sendo a educação uma delas.

Mais recentemente, o acesso já era dificultado, não só para a Educação do Campo, em escolas urbanas e em muitas comunidades rurais não havia condições de atendimento das demandas mais elementares, muito menos o trato aos processos de ensino-aprendizagem de crianças com necessidades educacionais especiais. Gerava-se assim uma dupla exclusão, embora tardiamente, a educação voltada para pessoas com necessidades especiais, passou a ser uma obrigatoriedade na oferta no ensino regular a partir de (1988), representando um

---

<sup>1</sup> Educação do campo é uma modalidade da educação que ocorre em espaços denominados rurais. Diz respeito a todo espaço educativo que se dá em espaços da floresta, agropecuária, das minas e da agricultura e ultrapassa, chegando também aos espaços pesqueiros, a populações ribeirinhas, caiçaras e extrativistas.

passo importantíssimo na inclusão e na quebra de preconceitos e barreiras na própria comunidade, onde as pessoas vivenciam a maior parte dos seus processos sociais e culturais.

A presente pesquisa tem como principal finalidade conhecer e saber como se dá o trabalho do profissional de apoio nas turmas que possuem crianças com necessidades educacionais especiais. Um dos objetivos a ser tratado é a importância de se ter um profissional de apoio para crianças com necessidades educacionais especiais na escola e especificamente na unidade escolar onde a pesquisa se desenvolveu por ser uma Escola no Campo, tendo em vista que as dificuldades para quem reside no meio rural, são bem maiores. Mas não podemos nos esquecer que o papel do profissional de apoio é muito importante em ambas as realidades, tanto nas escolas rurais quanto nas urbanas.

As dificuldades enfrentadas por essas crianças são diversas, em determinados lugares começando com o trajeto que as mesmas percorrem de sua casa até a escola, pois como sabemos muitas vezes as estradas da zona rural são precárias, tornando assim a impossibilidade dos alunos com necessidades especiais irem à escola. Devemos lembrar ainda que existe a falta de acessibilidade em alguns espaços e meios de transportes por não serem adaptados para as crianças com deficiências físicas.

A partir desta proposta de trabalho de pesquisa, pude tomar conhecimento do quanto é importante as unidades escolares disporem de profissionais de apoio especializados para o acompanhamento dessas crianças, uma vez que, como sabemos, se fazem necessários profissionais especializados nesta área e de uma maior divulgação do quanto é importante ter profissionais de apoio para esses discentes.

Diante das minhas observações acerca desta temática, percebi que muitas escolas apesar de já possuírem um profissional de apoio, não se adaptam à diversidade do aluno, fazendo com que o mesmo seja ensinado de qualquer maneira, onde deveria haver uma diversidade de cuidados com o ensino para essas crianças, uma vez que as mesmas demandam atenção específica em suas necessidades, até mesmo com a necessidade de o educador lançar mão de tecnologias assistivas<sup>2</sup> para essa finalidade. Salientamos ainda que as políticas públicas de educação têm um papel importante na oferta de cursos de capacitação e especializações a fim de que todas as escolas disponham de profissionais de apoio capacitados e especializados para essas crianças.

---

<sup>2</sup>Tecnologia Assistiva é um termo ainda novo, utilizado para identificar todo o arsenal de Recursos e Serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência e consequentemente promover Vida Independente e Inclusão.

No contexto internacional a Declaração de Salamanca de 1994 é um dos marcos importantes no que diz respeito ao processo de inclusão de crianças com deficiência. A escola pública ainda é o espaço onde as crianças com deficiência são majoritariamente atendidas, apesar das dificuldades e dos desafios enfrentados pelos docentes e familiares. Essa orientação é uma das direções apontadas por um dos mais importantes marcos normativos da educação especial, pactuado em 1994 por diversos países, dentre eles o Brasil, tratando-se da Declaração de Salamanca, iremos aprofundar a discussão sobre a mesma no referencial teórico.

No Brasil, ainda vivenciamos uma situação bastante distante da desejável, uma vez que o nosso processo de inclusão começou por volta dos anos de 1950, através da Sociedade Pestalozzi (CAMARGO, 2017), ao tempo em que os países europeus estavam finalizando o seu processo de inclusão plena. Desse modo, as políticas de educação inclusiva são marcos regulatórios recentes, sendo determinados por ações governamentais recentes, do período de avanços nas questões sociais e inclusivas dos governos. (RESOLUÇÃO Nº 2, de 11 de setembro de 2001).

Diante da realidade que vivemos na educação e mais especificamente nas demandas inerentes ao processo de escolarização e ao cotidiano dos pais e professores, sabemos o quanto é difícil as escolas contemplarem toda a complexidade dessas demandas, visto que num país com grandes desigualdades e com uma diversidade cultural e social, é desafiador fazer com que os alunos se sintam à vontade na escola, com isso, é necessário que os professores, os profissionais de apoio, enfim, as escolas em geral comecem a adaptar os espaços e aulas às necessidades dos mesmos, ao invés de esperar que estes alunos passem a se adaptar às diversas maneiras e espaços das escolas, sendo também uma característica dos países que avançaram na inclusão plena, o compromisso de toda a sociedade no processo de inclusão.

A fim de compreender essa temática, pretendemos que o estudo se valha de uma pesquisa de campo, do tipo exploratória e explicativa a partir de entrevista e questionário com a profissional de apoio, buscando compreender qual o seu papel enquanto profissional de apoio de crianças com necessidades educacionais especiais e saber um pouco sobre as questões inerentes à sua práxis no contexto da Educação do Campo. Como *lócus* da pesquisa, foi escolhida a Escola Municipal Benícia Alves de Lima, localizada no município de Monteiro, no Assentamento Santa Catarina, iremos apresentar mais dados sobre a escola na seção que trata da metodologia.

A escolha pelo referido local se deu em função de haver um público de crianças com necessidades educacionais especiais sendo atendidas naquela unidade, havendo interesse de pesquisa na compreensão dessa nova realidade dos educadores e das famílias nesse contexto.

Amparada nas informações ora apresentadas, a presente proposta de estudo se debruça sobre a seguinte questão norteadora: **Quais as especificidades do trabalho do profissional de apoio nas turmas que possuem crianças com necessidades educacionais especiais em uma escola do campo?**

O trabalho foi composto por esta introdução, onde foi apresentado um panorama geral da problematização, seguida pelo Capítulo 1: A Educação Especial e o papel do profissional de apoio no acompanhamento de crianças com necessidades educacionais especiais. Capítulo 2: Educação do Campo e Educação contextualizada para a convivência com o Semiárido: avanços em direção à Educação Inclusiva no Campo. Capítulo 3: Caminhos da pesquisa: opções teóricas e metodológicas. Capítulo 4: O trabalho do profissional de apoio de crianças com necessidades educacionais especiais em uma escola do campo: o que dizem os dados da pesquisa. Por fim, foram tecidas as considerações finais.

## **2 A EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO DO CAMPO E O PAPEL DO PROFISSIONAL DE APOIO NO ACOMPANHAMENTO DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS**

### **2.1 TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO DO CAMPO – AVANÇOS E CONQUISTAS NO MUNDO E NO BRASIL**

É importante discutir sobre a Educação Especial, principalmente fazer uma contextualização desde o início dessa trajetória até a atualidade, para que se compreenda a importância que as escolas especiais têm nos avanços da inclusão, mas especificamente em este público ter acesso à educação. Percebe-se que muitas vezes a questão tanto da inclusão quanto da própria exclusão dessas pessoas com necessidades especiais estão ligadas aos princípios culturais, onde deveria ser visto de maneira igualitária e garantir que essas pessoas tivessem acesso à educação e de serem incluídas na sociedade.

Em suma, a educação acaba sendo responsável pela socialização e relação dos indivíduos com o meio, e permite possibilitar que essas pessoas tenham uma convivência de qualidade dentro da própria sociedade.

Por volta do século XIX e XX, teve o surgimento de uma nova fase da educação, na qual se destina às pessoas com necessidades especiais, e, a partir disso, começaram a desenvolver escolas e classes especiais em escolas públicas, visando proporcionar para as pessoas com necessidades especiais uma boa educação.

E por volta, do século XVI, passaram a existir alguns médicos e pedagogos para que fosse garantida uma melhor educação para essas crianças e jovens com necessidades especiais, nos quais começaram a desenvolver alguns métodos que ajudassem na forma de educá-las. Destacamos alguns médicos que desenvolveram alguns métodos que contribuíram para a educação desse público, entre eles, está o médico francês Jean Marc Gaspard Itard, que no início do século XIX inventou a sonda de Itard, uma sonda que serve para cateterizar e insuflar a tuba auditiva, um método que foi desenvolvido para tentar educar uma criança com 12 anos de idade, através de métodos sistematizados exclusivamente para pessoas com necessidades especiais.

Seu seguidor Edouard Séguin, o educador e médico, e, também francês, desenvolveu algumas práticas pedagógicas voltadas para crianças e jovens que possui algum tipo de deficiência, dessa forma, criou o método fisiológico de treinamento, no qual consistia principalmente em estimular o cérebro através de atividades físicas e sensoriais.

Segundo Silva, 2018: (relacionado às lutas de movimento de integração<sup>3</sup> de pessoas com deficiência)

O movimento de integração da pessoa com deficiência aparece no final da década de 70, com o objetivo de integrar as pessoas com deficiências ao ambiente escolar, levando essas pessoas a estarem o mais próximo possível das pessoas tidas como “normais”. Essa fase da integração apregoava que a criança deveria ser educada até seu limite, como no caso da pessoa com deficiência intelectual. As pessoas não deveriam tentar educar as crianças ao máximo, e sim até o limite de cada criança. (SILVA, 2018, p. 20).

Vale trazer um pouco sobre Mantoan (1998) que define a Integração Escolar como uma forma de inserção<sup>4</sup> onde o aluno é o responsável pela própria adaptação ao sistema escolar, independentemente de serem classes especiais, comuns ou até mesmo instituições especializadas. Desta forma, podemos perceber que o sistema não muda, mas sim os indivíduos que querem adentrar nele.

Contudo, percebemos o quanto avançou e ainda vem avançando o processo de integração de pessoas com necessidades educacionais especiais no ambiente escolar, na sociedade, enfim, em todos os espaços, pois antes a criança que tivesse qualquer tipo de deficiência não era aceita, muito menos inclusa nesses espaços, hoje como podemos ver, este público tem direitos iguais a qualquer outra pessoa sem deficiência, de estudar, de trabalhar, de consultar já que antigamente essas pessoas não saíam de sua residência, hoje vem sendo adaptados os lugares para que essas pessoas tenham um melhor acesso aos espaços e ambientes.

De acordo com algumas leituras realizadas acerca desta temática, vale destacar que o país passou de colônia a império, período em que a educação brasileira era organizada por um processo educacional instaurado pelos jesuítas, que atendiam à classe elitista, priorizando os estudos para a população urbana e desconsiderando a população rural (BRASIL, 1891). Mas, não há uma menção à educação do campo nesse documento, que venha confirmar essa colocação; ou seja, percebe-se que a relação entre o ensino realizado pelos jesuítas e a instrução da população urbana, acabou sendo responsável em grande medida pela “catequização” indígena, portanto, não excluíram exatamente os vínculos com a educação da

---

<sup>3</sup> Integração trata-se da ação e efeito de integrar ou integrar-se (constituir um todo, completar um todo com as partes que faltavam ou fazer com que alguém ou algo passe a pertencer a um todo).

<sup>4</sup> Inserção é o ato de **inserir ou incluir uma coisa na outra**, como a inserção de fotos em um álbum, ou de cláusulas em um contrato.

população do campo, mas o problema era mais em que sentindo este processo educativo se dava.

De acordo com Leite (1999, p. 14):

A educação rural no Brasil, por motivos sócio-culturais, sempre foi relegada a planos inferiores e teve por retaguarda ideológica o elitismo acentuado do processo educacional aqui instalado pelos jesuítas e interpretação político-ideológica da oligarquia agrária, conhecida popularmente na expressão: “gente da roça não carece de estudos. Isso é coisa de gente da cidade”.

Até então, era pensado na época, apenas em uma educação que atendesse à classe dominante, somente aos senhores donos de terras, aqueles que tinham monopólios das terras e principalmente o direito de exploração econômica. Já para a classe trabalhadora, que trabalhavam para esses “donos”, pouco restava, mesmo com os avanços em relação às inúmeras revoltas e lutas camponesas que já existiam. Segundo Alentejano (2012, p. 355):

Assim, quanto mais desigual a distribuição das terras, mais concentrada será a estrutura fundiária, ao passo que quanto mais igualitária for a distribuição menos concentrada ela será. No Brasil, apesar das inúmeras lutas e revoltas camponesas, da resistência indígena e quilombola, o latifúndio prevaleceu e impôs ao país a condição de um dos recordistas mundiais em monopolização da terra.

De acordo com Ribeiro (2012), utilizava-se a nomenclatura “educação rural” para a educação dos alunos das escolas do campo, indicando que essa educação era destinada às pessoas que viviam no meio rural, onde realizavam atividades rurais, formadoras de mão de obra para o trabalho rural. Segundo Petty, Tombim e Vera (1981, p. 33):

A educação rural é compreendida por todos os sujeitos do campo que vivem das atividades agrícolas, das quais a agricultura representa o seu sustento. São todos aqueles que dependem economicamente do campo, desempenham suas atividades através do meio rural.

Segundo Kuhn (2017, p. 30):

As lutas sociais travadas em 1998 pela reforma agrária, em especial, pelo MST, reuniu um enorme grupo voltado para às necessidades do movimento, que fez com que houvesse redistribuições de terras de latifúndios improdutivos, com o objetivo de prover as condições de trabalho para o sustento das famílias dos integrantes e avançar nas relações sociais e econômicas.

Fora estas lutas, existiram vários outros movimentos em prol da universalização da educação escolar, que foram ganhando forças através da ação dos sindicatos tanto dos professores, como dos movimentos estudantis, dentre outros segmentos que foram

organizados e que também lutaram pela educação escolar no campo. Segundo Oliveira e Campos (2012, p. 239):

[...] a década de 1990 foi importante para consolidar outros movimentos pela universalização do direito à educação básica e às diversas modalidades de educação (educação de jovens e adultos – EJA, educação especial, educação do campo) que reconfiguraram os espaços públicos e privados no quadro das lutas populares, ampliando o campo de conquista de direitos.

A especificidade da Educação do Campo é prevista nas resoluções da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, de 1996, procede garantindo as adaptações educacionais que são necessárias às peculiaridades da vida do campo, assim como pode ser visto no Artigo 28.

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:  
I – Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; (LDB nº 9.394/1996).

Diante desses movimentos, o Ministério da Educação no ano 2004, criou a Coordenação Geral da Educação do Campo, juntamente com a Secretaria de Educação Continuada, Diversidade e Inclusão<sup>5</sup> (SECADI), em interconexão com a Secretaria de Educação Especial (SEESP), que gera conquistas da educação especial a partir da vinculação das políticas educacionais com as escolas do campo.

No ano de 2007, aconteceu o III Seminário do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea). E neste mesmo ano, foi elaborado o Parecer CNE/CEB nº 23, reexaminado pelo Parecer CNE/CEB nº 3, de 2008, que institui em seu Artigo 1º, no seu parágrafo 5º, a garantia de acesso aos alunos portadores de algum tipo de necessidade especial que residem no campo, a ter acesso à Educação Básica nas escolas da rede regular de ensino:

§ 5º Os sistemas de ensino adotarão providências para que as crianças e os jovens portadores de necessidades especiais, objeto da modalidade de educação especial, residentes no campo, também tenham acesso à Educação Básica, preferencialmente em escolas comuns da rede de ensino regular.

---

<sup>5</sup>Inclusão é um termo que define o ato ou o efeito de incluir. Desse modo, se caracteriza por incluir coisas ou pessoas em grupos dos quais essas anteriormente não participavam.

No ano de 2008, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) foi criada para firmar a inclusão, como forma de reconhecer e defender a necessidade de incluir os alunos público-alvo da educação especial, principalmente nas escolas regulares. Percebe-se, que essa política destaca a educação especial como uma modalidade transversal de ensino, que perpassa todas as modalidades, níveis e etapas, e que prever o atendimento educacional especializado, de maneira complementar ou suplementar à escolarização, e que determina a disponibilização de recursos e serviços nos quais vem a orientar o processo de ensino regular; uma vez que o fato de estar na lei não implica sua imediata aplicação.

Os alunos público-alvo da educação especial são definidos na Política Nacional de educação especial na perspectiva da Educação Inclusiva de 2008 e explicitados na Resolução nº 4/2009 como os alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Com isso, podemos ainda ressaltar que a política de 2008 acaba especificando a interface da educação especial com as mais diversas modalidades de ensino, incluindo a educação do campo, visando assegurar desde os recursos e serviços até aos atendimentos necessários a estes grupos populacionais.

A interface da educação especial na educação indígena, do campo e quilombola deve assegurar que os recursos, serviços e atendimento educacional especializado estejam presentes nos projetos pedagógicos construídos com base nas diferenças socioculturais desses grupos (BRASIL, 2008, p. 17).

Diante disto, faz-se necessário realizar pesquisas que relacionem a educação especial e a educação do campo que contribuam de maneira que promova um amplo conhecimento acerca da temática em questão e, assim, ofereça maior visibilidade para a implementação de políticas públicas em ambas as áreas. Segundo Caiado e Meletti (2011, p. 102) apontam: “Na ausência de políticas públicas para a população do campo, seja em educação, saúde, transporte, moradia e trabalho, revela-se o impedimento de pessoas com deficiência viverem com dignidade e participarem da vida social”.

A relação da educação especial com a educação do campo recebeu mais visibilidade através da I Jornada de Estudos: “a interface entre educação do campo e educação especial”, no ano de 2010, que foi promovido pelo Programa de Pós-Graduação em educação especial, pelo Laboratório de Estudos e Pesquisas em Direito à Educação – educação especial, pelo grupo de pesquisas e estudos em educação do campo e pelo Curso de Pedagogia da Terra todas da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

Conforme Kuhn (2017):

A I Jornada reuniu pesquisadores e representantes dos movimentos sociais do campo e teve como temáticas o direito à educação das pessoas com deficiência, a formação de professores, as políticas de educação, pensando na interface da educação especial com a educação do campo e com a educação de jovens e adultos. (Kuhn, 2017, p. 35).

Ainda no ano de 2010 realizou-se o III Encontro Nacional de Pesquisas em educação do campo, na Universidade de Brasília (UnB), na qual foram apresentadas pesquisas das áreas da educação especial e educação do campo, como, por exemplo, um trabalho apresentado sobre “Educação especial nas escolas do campo: análise de um silêncio histórico”, de Caiado (2010), e o de “Educação de pessoas com deficiência que vivem em assentamentos demandas e perspectivas”, de Soares (2010).

Vale ressaltar ainda, que finalmente a consolidação da educação do campo veio, com a instituição do Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, que se dispõe sobre o Pronera.

Kuhn (2017) traz em sua dissertação algumas informações sobre o Decreto:

O Decreto é constituído por 19 Artigos e destaca-se por trazer avanços na legislação para os povos do campo, na equidade do sistema de ensino, no respeito à diversidade, na formulação de projetos políticos pedagógicos específicos, nas políticas de formação de profissionais da educação e na efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo com a escola. (KUHNS, 2017, p. 35).

No Brasil, até a década de 50, praticamente não se falava em Educação Especial. Foi a partir de 1970, que a educação especial passou a ser discutida pelos governos com a criação de instituições públicas e privadas, órgãos normativos federais e estaduais e de classes especiais (ROGALSKI, 2010).

Tratando-se da Declaração de Salamanca, os países signatários se comprometem a desenvolver em seus sistemas educacionais públicos, formas de acesso e de permanência de pessoas com deficiência de modo integrado, inclusivo e democrático.

As escolas regulares com orientação para educação inclusiva são o meio mais eficaz no combate às atitudes discriminatórias, propiciando condições para o desenvolvimento de comunidades integradas, base da construção da sociedade inclusiva e obtenção de uma real educação para todos (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 09 apud STOBÄUS; MOSQUERA, 2003, p.21).

Assim, tem-se a Declaração de Salamanca (1994) como marco e início da caminhada para a Educação Inclusiva. A inclusão é um processo educacional através do qual todos os

alunos, incluído, com deficiência, devem ser educados juntos, com o apoio necessário, na idade adequada e em escola de ensino regular.

Mas, para que essa inclusão seja concretizada, é necessário, dentre outras que seja disponibilizado um profissional de apoio de maneira individualizada para os alunos que têm algum tipo de dependência, seja para se alimentar, se locomover, ou até mesmo quando se trata da higienização pessoal do mesmo, especialmente para poder ajudar esses alunos a serem educados na idade adequada durante o período que estes frequentam a sala regular.

Segundo Pinto (1981), ainda se vive uma grande desigualdade relacionada ao direcionamento de metodologias e conteúdos educacionais para aqueles alunos que vivem no campo em detrimento dos alunos que residem nas zonas urbanas. Ainda de acordo com o autor, um dos motivos para esta “inadequação escolar” está relacionado à qualificação dos professores, pois como sabemos muitas vezes sua formação é pensada apenas para as escolas urbanas, dificultando assim, o trabalho desses profissionais quando são colocados em contato com a realidade do campo, por vezes, os mesmos desconhecem o modo de vida dos indivíduos que residem no meio rural.

Ainda podemos destacar Oliveira e Campos (2012, p. 244) que anunciam sobre as condições precárias do trabalho docente no campo:

Professores que já lecionam no campo a título precário (só possuindo nível médio). Além disso, o trabalho docente não atende à diversidade de realidades sociais encontradas no campo; tampouco existem materiais didáticos voltados para essas múltiplas realidades.

E relacionado aos alunos público-alvo da educação especial, a questão se agrava ainda mais. Com isso, destacamos Rabelo e Caiado (2014, p. 67-68):

[Para] requerer uma série de modificações na escola, na prática dos professores, dos demais profissionais da educação e, especialmente, para que se garanta a efetividade do direito à educação não somente no acesso e permanência, a formação do aluno com ou sem deficiência precisa ocorrer de forma qualificada, propiciando o acesso ao conhecimento, em que se eduque de forma politizada, que o mobilize também na luta pela superação das desigualdades sociais.

A Constituição Federal de 1988 sobre a Educação Especial aponta em seu Art. 205, que a educação, direito de todos e dever do estado e da família, que será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Com base no que vem sendo visto, dá para refletir sobre a importância de se ter um profissional de apoio especializado para as crianças com necessidades educacionais especiais e que estes sejam inseridos no contexto educacional das escolas, para que os alunos sejam educados de maneira adequada e consigam acompanhar os demais alunos de sua faixa etária, conforme as suas condições particulares. Pois, como podemos ver, muitos alunos têm necessidade de um profissional de apoio para se locomover, se alimentar, poder ir ao banheiro e principalmente para as demais atividades de higiene pessoal, mas com o cuidado desses profissionais os alunos acabam tendo apoio e isto acaba influenciando para que os mesmos tenham um melhor desempenho no seu ensino-aprendizagem.

Já foram publicadas inúmeras leis no Brasil, em defesa ao atendimento educacional às pessoas com necessidades especiais nas classes regulares de ensino, vale ressaltar um pouco mais sobre a Constituição Federal de 1998, que em seu artigo 208 e a LDBEN 9394/96, “com vistas à efetivação do exercício da docência no acolhimento da diversidade”, que com o passar dos últimos anos, veio a se intensificar de fato na prática a política em favor da Educação Inclusiva.

Vale citar também o Estatuto da Criança e do Adolescente Lei N: 8069, de 13 de julho de 1990, que reitera em seu capítulo IV, no artigo 54, incisos III, “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. Visando o aparato legal que assegura igualdade e permanência dos alunos com necessidades especiais e que necessitam de assistência durante todo percurso do aluno pela educação básica, mas, precisa refletir sobre recursos que venham contribuir de forma eficiente com a efetivação da inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais dentro do próprio âmbito educacional, e não apenas sua “integração” formal na escola.

Devemos ficar atentos às necessidades de suporte para os alunos com necessidades especiais; para que os mesmos tenham assistência eficaz é imprescindível que tenha professores especializados e adequados para a faixa etária de cada aluno, seja em nível infantil, fundamental I e II, médio ou até mesmo superior. Para que o atendimento seja especializado é importante que os professores e educadores tenham uma formação especializada para se ter uma melhor integração desses alunos nas classes regulares.

Com isso, percebemos o quanto aumentou a oferta de suporte e apoio tanto para as atividades diárias quanto à participação social de toda população por parte das políticas públicas, pois ainda há muito a ser efetivamente instituído em termos dos direitos das pessoas com necessidades especiais, diante disso, este suporte e apoio, vieram através de ajuda de pessoas, equipamentos, adaptação até mesmo de serviços que tendem a possibilitar e facilitar

o desenvolvimento de funções, e desempenho a partir de atividades que buscam a participação de pessoas que possuam algum tipo de deficiência ou qualquer limitação funcional.

É de suma importância que na área da educação, proporcionem diversos suportes de ajuda e atendimentos para que os alunos com necessidades especiais ou condições que dependem de algum tipo de cuidados diários, tenham todo um apoio necessário para que os mesmos permaneçam no ensino escolar, mas, devem ser oferecidos equipamentos, ajudas técnicas e pedagógicas, e principalmente de contratação de profissionais de apoio formados e especializados para suprir as necessidades daqueles alunos que dependem de uma maior atenção e auxílio para se alimentarem, se locomoverem, para se vestirem, como na própria higiene, bem como para contribuir com o processo de sua comunicação com os demais alunos e professores, para ajudar a se integrarem ao ambiente escolar e da turma.

Percebe-se que mesmo com a fase de institucionalização da educação, aquelas pessoas que têm algum tipo de necessidade especial, continuavam sendo segregadas, pela própria sociedade que ao invés de acolher essas pessoas, as consideravam como ameaças.

## 2.2 O TRABALHO DO PROFISSIONAL DE APOIO – BASES LEGAIS E PEDAGÓGICAS

É indispensável um profissional de apoio para crianças com necessidades educacionais especiais em uma sala de aula, pois como sabemos o professor não tem condições que lhe permitem exercer esta função juntamente com os alunos na turma, sendo assim, a escola precisa dispor de um profissional de apoio para estar nas salas de aulas juntamente com o professor para que esses alunos tenham um melhor desenvolvimento no ensino-aprendizagem e consigam avançar de acordo com sua faixa etária e com a série, fazendo possível a efetivação da educação inclusiva no país.

Com o papel do profissional de apoio no ensino escolar, garantirá que o aluno que tem algum tipo de limitação, ou altas habilidades seja de compreensão, comunicação, locomoção, orientação, ou qualquer outro tipo de limitação de ordem motora, consiga desempenhar as propostas de atividades cotidianas passadas pelos professores no decorrer das aulas e nas atividades extraclasse passadas para ser realizadas juntamente com a família em casa, possibilitando desta forma, a participação ativa deste público na escola.

É importante destacar a lei 13.146/2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, que traz em seu Artigo 3º, no inciso XIII, que o:

“profissional de apoio escolar: pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas”.

Desta forma, este profissional de apoio pode ter inúmeras definições, podendo ser reconhecidos como: monitores, acompanhantes ou até mesmo profissionais de apoio, profissionais excelentes que exercem serviços especializados.

Percebe-se que nas últimas décadas, o governo federal tem passado a investir mais em relação às políticas referentes à Educação Especial, investindo na profissão dos educadores, através de formações continuadas e em capacitações para que estes profissionais da educação possam se especializar e ter melhor conhecimento de como cuidar de cada aluno que precisa de cuidados no ambiente escolar.

Podemos perceber melhor a partir do Decreto nº 6571 que define em seu parágrafo 1º:

A união prestará apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na forma deste Decreto, com a finalidade de ampliar a oferta do atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular. (BRASIL, 2008).

Vale destacar ainda, que o profissional de apoio não é um profissional da saúde, mas precisa ter conhecimento básico sobre esta área, pois o mesmo precisa estar ciente da diversidade que encontrará no seu trabalho, fazendo-se necessário ter acesso a algumas informações relacionadas à área de saúde, para que possa ajudar as crianças, caso venha ser necessário, porque a partir do momento que o profissional de apoio passa a exercer sua função de cuidar de alunos com necessidades educacionais especiais, precisa ter certo domínio, assim, como qualquer pessoa leiga que tende a desempenhar a função de cuidar, seja para cuidar de uma criança pequena, de um adolescente com alguma limitação motora, até mesmo para tomar de conta dos jovens.

O papel do profissional de apoio de alunos com necessidades especiais exerce suas funções juntamente com o professor em sala de aula, ajudando os alunos a se locomoverem pelas dependências da escola, auxiliando no processo de ensino-aprendizagem, como, por exemplo, a ler e escrever pelo aluno, desde que ele não possua autonomia motora ou intelectual para desempenhar essas atividades/funções, além de toda a rotina de alimentação e higiene pessoal.

Desta forma, o profissional de apoio se torna um profissional muito especial pelos alunos, porque será ele quem vai estar acompanhando o aluno no decorrer do seu percurso escolar e o auxiliando nas atividades cotidianas e rotineiras que contribuem para a melhoria da sua aprendizagem escolar e até mesmo na questão da qualidade de vida.

A figura do profissional de apoio de crianças com necessidades educacionais especiais não se restringe apenas em garantir as necessidades básicas aos alunos, mas vai muito além, pois precisará demonstrar primeiramente muito carinho, entusiasmo, aceitação desses alunos dentro e fora do ambiente escolar.

Faz-se necessário destacar a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (ONU, 2006), que foi incorporada a Constituição Federal por meio de decreto nº 6.949/2009, que vem para assegurar o direito ao acesso a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, destinado às pessoas com deficiências.

Vale ressaltar a norma técnica que organiza e oferta os serviços desse profissional de apoio considerando os seguintes aspectos:

- Os profissionais de apoio prestam serviços às atividades de locomoção, higiene, alimentação e prestam serviços de auxílio individualizado aos estudantes.
- O profissional de apoio tem sua demanda justificada quando seu público alvo não tiver um atendimento adequado, conforme o atendimento realizado aos demais alunos.
- Não é atribuído a este profissional desenvolver atividades educacionais diferenciadas e nem se responsabilizar por seu ensino.
- O profissional de apoio deve atuar em conjunto de forma articulada com o professor, seja em sala comum ou sala de recurso multifuncional, dentre os demais profissionais da escola. (BRASIL, 2009).

De acordo, com o que vem sendo percebido é muito importante a presença do Cuidador de Pessoa na sociedade, ainda mais para crianças com necessidades educacionais especiais que tem necessidade de serem assistidas no ambiente escolar, com isso torna-se uma realidade irrefutável, pois atualmente faz-se necessário a presença de profissional de apoio para garantir uma melhor qualidade de vida para estes estudantes, principalmente para aqueles que necessitam de atenção maior para a concretização das atividades cotidianas do seu dia a dia. Por este motivo, se faz necessário, fortalecer a questão da atividade profissional, através de especializações que contribuam com a formação destes profissionais, os quais irão ajudar

na interação<sup>6</sup> destas pessoas no meio em que vivem, para que se tenha uma melhor humanização na sociedade.

A partir do que vem sendo discutido, é extremamente importante trazer alguns elementos que abordem e exemplifiquem melhor sobre a importância do profissional de apoio escolar. Para isto, é importante trazer um quadro que foi elaborado por Lima (2017, p. 110), que explica de maneira simples e objetiva acerca do profissional de apoio escolar, e apresenta mais especificamente sua nomenclatura e função, de acordo com base em algumas legislações.

**Quadro 1** - Movimento de aproximação e distinção da função do profissional de apoio

Movimento de aproximação e distinção da função do cuidador escolar		
Documentos	Nomeação da função	Especificidades
LDB 9694/96; Resolução (CNE/CEB 2/2001).	Apoio especializado; Apoio pedagógico especializado	Definem o serviço de apoio especializado quando necessário na escola para atender às peculiaridades da clientela da educação especial.
Resolução nº 4/2009	Profissionais da Educação	A função do profissional de apoio faz parte integrante da proposta pedagógica para o Atendimento Educacional Especializado (AEE), em seu artigo 10, inciso VI: "outros profissionais da educação: tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais, guia-intérprete e outros que atuam no apoio, principalmente às atividades de alimentação, higiene e locomoção" (BRASIL, 2009, p. 2).
Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, 2008; Nota técnica nº 9/MEC/SEESP/GAB de 2010; CONAE/2014.	Monitor ou cuidador de alunos com necessidade de apoio; Profissionais de apoio.	Em síntese, os documentos determinam que os sistemas de ensino, ao organizar a educação especial na perspectiva da educação inclusiva devem disponibilizar as funções de cuidador aos alunos com necessidade de apoio nas atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre outras que exijam auxílio constante no cotidiano escolar. No caso da CONAE/2014, os cuidadores não têm independência para atuar nas salas de aula.
Lei nº 12.764 de 2012 (Lei Berenice Piana); Nota Técnica nº 24/MEC/SECADI/DPEE de 2013; Decreto nº 8.368 de 2014, que regulamenta a Lei nº 12.764/12.	Acompanhante especializado	Define o serviço do profissional de apoio, como uma medida a ser adotada pelos sistemas de ensino no contexto educacional; deve ser disponibilizada sempre que identificada a necessidade individual do estudante, visando à acessibilidade às comunicações e à atenção aos cuidados pessoais de alimentação, higiene e locomoção (BRASIL, 2012b, p. 112).
Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2014):	Serviços especializados	Define os serviços especializados por meio da meta 4 que prioriza a inclusão escolar dos alunos com deficiência.
Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com deficiência: LBI - Lei 13.146/15 (Estatuto da Pessoa com Deficiência).	Profissional de apoio escolar.	No Artigo 3º inciso XIII define os profissionais de apoio escolar como pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas.

Fonte: Lima, 2017, p. 110.

<sup>6</sup> Interação o ser humano é um ser em constante interação com o seu entorno. Isto é, o comportamento humano não pode ser analisado de forma individual a não ser pela interação com seu entorno, ou seja, é importante saber o seu local de nascimento, sua família, posição social, cultura e relações sociais.

Não se tem uma formação específica para o profissional de apoio escolar, para que possam trabalhar com alunos com necessidades especiais, esses profissionais apenas possuem uma formação mínima que acaba sendo exigidas e especificadas em algumas políticas.

Conforme a Política Educacional Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, o profissional de apoio escolar é indicado apenas para suprir as necessidades escolares com aqueles alunos que têm e necessitam de uma maior atenção e dependem de alguém para se locomoverem, alimentação e higiene. Diferente da formação do professor regente, que a mesma política descreve que a formação ideal para sua atuação na Educação Especial:

Para atuar na educação especial, o professor deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. Essa formação possibilita a sua atuação no atendimento educacional especializado e deve aprofundar o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos, nos centros de atendimento educacional especializado, nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação superior, nas classes hospitalares e nos ambientes domiciliares, para a oferta dos serviços e recursos de educação especial (BRASIL, 2008, p. 17- 18).

Dessa forma, esta formação para o campo da Educação Especial fica explícita para os professores, que os profissionais de apoio escolar atuarão como monitores ou profissionais de apoio dos alunos com necessidades educacionais especiais nas salas de aulas. Suas especificidades para poder trabalhar é apenas a de apoio, por este motivo a formação não é vista como necessária. Todavia, estes profissionais atuam dentro das salas de aulas, diferente do profissional de apoio, que tem como função apoiar na higienização e alimentação dos alunos que não detém independência para determinada atividade.

Diante disso, podemos destacar a importância desse profissional de apoio nas salas de aula, pois deveriam ser melhores valorizados e disponibilizar para os mesmos uma formação específica, contando com um apoio mais amplo, relacionados à assistência em saúde e educação para estes profissionais de apoio como forma de qualificar o cuidado prestado aos sujeitos.

No ano de 2014, a Conferência Nacional de Educação (CONAE), visa a necessidade de se fazer concursos para que estes profissionais possam trabalhar de fato, nos sistemas de ensino. Mas, sabemos que não é em todos os estados que realizam concursos públicos, principalmente para esse tipo de profissional. Sendo assim, em muitos estados, os profissionais de apoio escolares são simplesmente contratados como prestadores de serviços.

Entretanto, traz em seu eixo de nº II intitulado “Educação e Diversidade: Justiça Social, Inclusão e Direitos Humanos”, no qual vai sendo apresentados proposições e estratégias indicando quais responsabilidades, corresponsabilidades e mais especificamente suas atribuições complementares, concorrentes e colaborativas entre os entes federados, seja ela da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Conforme apresentado na 2º Conferência Nacional de Educação (CONAE), também no ano 2014, apregoa como deve ser feita a contratação desses profissionais de apoio escolar.

70. Garantir a contratação ou a abertura de concursos para cuidadores em todas as redes onde esses profissionais ainda não estejam presentes; [...] tradutores intérpretes de língua de sinais (TILS) para alunos surdos, guias- intérpretes para alunos com surdo-cegueira e instrutores mediadores para alunos com deficiência múltipla nas escolas. Esses profissionais atuam dentro de sala de aula, diferentemente do cuidador, que apoia a higiene e alimentação dos alunos que não têm independência para tal (CONAE, 2014).

É importante destacar que as orientações existentes nos documentos que tratam da inclusão escolar deliberam o seu acesso no campo de trabalho enquanto função de apoio, e não enquanto categoria de trabalho educacional. Devemos citar sobre os desafios que essa classe de profissionais de apoio escolares enfrenta atualmente, para poderem ser reconhecidos como categorias de trabalhadores educacionais.

A função do profissional de apoio escolar está fundamentada em auxiliar o aluno em suas necessidades básicas, como ir ao banheiro, alimentar-se e fazer suas atividades como as demais crianças, conforme especifica algumas leis. Mas sabemos que não são apenas essas as suas funções na prática; o profissional de apoio está ligado interdisciplinarmente em todo o contexto escolar, pois ele interage como os professores de todos os níveis, onde o aluno que ele irá cuidar estiver inserido, e tem seu papel fundamental na inclusão desse aluno com os demais colegas de escola.

### **3 EDUCAÇÃO DO CAMPO E EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA PARA A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO: AVANÇOS EM DIREÇÃO À EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO CAMPO**

#### **3.1 A OFERTA DE ESCOLARIZAÇÃO NAS ÁREAS RURAIS DO BRASIL – PELO QUÊ LUTA A EDUCAÇÃO DO CAMPO E A EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA?**

Por muitos anos famílias brasileiras lutaram e buscaram seus direitos e lugares na sociedade, principalmente aquelas famílias que possuíam algum sujeito com qualquer tipo de necessidade especial. Ao longo da nossa história, sabemos que inúmeras lutas foram travadas em busca de igualdades e oportunidades de exercício de cidadania pelas famílias brasileiras, que acabaram sendo esquecidos e até mesmo excluídos tanto pelo Estado quanto pela própria sociedade, até chegar então, a algumas conquistas nas leis que estão presente na constituição do país.

Salientamos ainda, que embora a inclusão seja um fato atual, e apesar de ser um tema bastante discutido é pouco entendido, pois quando debatemos acerca desta temática, estamos em busca de conquistar uma educação que inclua de fato e assuma a luta por seus direitos de igualdade e liberdade.

Destacamos, que alguns segmentos da sociedade tem se importado e se preocupado com a questão da inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais nas escolas, mas as iniciativas tomadas pelo grupo de pessoas que lutavam por seus direitos diante das necessidades foram poucas, pois era necessária uma maior reflexão, para que pudessem romper com as estruturas estabelecidas a fim de uma melhor concretização relacionada à inclusão de sujeitos portadores de necessidades especiais, tanto nos espaços escolares, quanto na sociedade na qual residem.

Diante disso, percebe-se o poder que a educação tem de transformar não só as estruturas quanto a mentalidade dos sujeitos, a partir de novas perspectivas de vida que podem ser oferecidas aos seres humanos independente de qualquer tipo de necessidade que o mesmo possua. Assim, como diz Minetto (2008) “a educação é responsável pela socialização, que é a possibilidade de convívio com qualidade de vida, de uma pessoa na sociedade” (MINETTO, 2008, p. 19, 20).

Podemos destacar ainda, a Declaração de Salamanca, que foi aprovada na Conferência Mundial de Educação Especial do ano de 1994, e é considerada um marco ao se tratar da luta por direitos de pessoas que possuem algum tipo de necessidades especiais, para que as

mesmas tenham oportunidades de encontrar caminhos de esperança para que possam de fato se incluir e tornassem sujeitos integrantes da sociedade em que vivem.

Com isso, a Declaração de Salamanca defende que:

(...) todas as pessoas com deficiência têm o direito de expressar seus desejos em relação à educação. Os pais têm o direito inerente de ser consultados sobre a forma de educação que melhor capacite às necessidades circunstanciais e as aspirações de seus filhos. (Declaração de Salamanca, 1994, p. 6).

Mas, percebemos que muitas das metas das quais foram estabelecidas nas leis não chegaram a ser colocadas em prática, mas especificamente as que dizem respeito às pessoas portadoras de necessidades especiais a terem acesso à educação tanto nas escolas regulares quanto nos espaços de trabalho nas áreas urbanas e principalmente nas áreas rurais. A partir dessas discussões podemos fazer uma melhor reflexão acerca dos conceitos de inclusão e acessibilidade trabalhados em alguns espaços escolares, mais especificamente em uma instituição do campo.

Sobre o campo e a escola do campo, percebemos através de uma análise histórica acerca da educação do campo, o quanto a mesma é vista com preconceito e desprestígio tanto por boa parte da sociedade como pelos governantes no que se refere aos direitos ao acesso destes sujeitos portadores de necessidades especiais a educação formal.

Percebe-se então, que a educação acaba sendo voltada de certa forma para as pessoas que têm condições de se deslocarem das zonas rurais para áreas urbanas, mais especificamente para os grandes centros onde supostamente terão melhor acesso à educação e receberão uma educação intelectual. Com isso, acaba deixando em desvantagem uma parte bem significativa da sociedade sem ter acesso a uma educação de qualidade que chegue a atender de modo geral as especificidades de cada um dos sujeitos, principalmente aquelas pessoas que residiam e ainda residem no campo, pois, estes por muitos anos ficaram excluídos sem oportunidade de serem atendidos de maneira qualificada, sem ter uma formação cidadã voltada particularmente para o contexto ao qual o sujeito pertence.

Desse modo, para contextualizar um pouco sobre o espaço, a maneira de viver por uma Educação do Campo, trouxemos uma citação de CERIOLI E CALDART *apud* ALVES, 2009 que trata sobre isso:

(...) os povos do campo tem uma raiz cultural própria, um jeito de viver e de trabalhar, distinta do mundo urbano, e que inclui diferentes maneiras de ver e de se relacionar com o tempo, o espaço, o meio ambiente, bem como de viver e de organizar a família, a comunidade, o trabalho e a educação. Nos processos que produzem sua existência vão também se produzindo como seres humanos “Por uma Educação do Campo.” (CERIOLI E CALDART *apud* ALVES, 2009, p. 110).

A partir das inquietações, lutas, resistências camponesas, indígenas e quilombolas, conseguiram arrancar direitos, mas que ainda hoje não chegaram a ser implantados cabalmente que surgiram acerca deste contexto, diante disso, alguns governantes perceberam a necessidade que os sujeitos do campo tinham e resolveram tomar medidas para assegurar que estas pessoas do campo pudessem ser atendidas e ter acesso a educação.

Trouxemos ainda a LDB que enfatiza em seu artigo 28 a garantia de atendimento às pessoas do campo em instituições rurais:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL, 1996, p.9).

Apesar, do atendimento às pessoas que residem no campo serem previstos por lei, não significa que estão sendo cumpridos, tantos os mesmos sujeitos, como alguns grupos sociais, acabaram sendo esquecidos, pois estes sofrem com o descaso de não serem atendidos como devem em suas reais especificidades, nestes espaços educativos. A partir disso, sabemos que as lutas continuam sendo travadas por alguns estudiosos e pelos movimentos sociais que buscam e acreditam que é possível uma educação de qualidade no campo e para o campo.

Diante desses aspectos, sabemos das dificuldades presentes no cotidiano que os sujeitos do campo enfrentam para ter acesso a uma educação de qualidade, principalmente quando falamos de acesso de pessoas com necessidades especiais nas escolas, mas especificamente nas escolas do campo, as dificuldades enfrentadas por estes sujeitos são bem maiores, pois quando conseguem uma vaga nesses espaços escolares, têm que lidar com outros fatores que acabam dificultando sua permanência nesse espaço, como a falta de acessibilidade a estudantes cadeirantes, a falta de profissionais formados e qualificados para o atendimento desses alunos entre outros que não se faz necessário aqui enumerar.

É fundamental, discutir um pouco sobre a inclusão de crianças portadoras de necessidades especiais, mais especificamente desses sujeitos na sala de ensino regular, pois como sabemos não é uma realidade tão comum de se encontrar nas salas de aulas, devido a alguns fatores que acabam desfavorecendo esses grupos de pessoas, por as escolas não terem um ambiente adequado para receber crianças com necessidades educacionais especiais, um profissional qualificado, ou seja, apesar do atendimento especial adequado formalmente

previsto por lei, ainda existe um grande abandono e despreparo em algumas instituições de ensino, fazendo com que seja gerado certo preconceito, medo, até mesmo uma exclusão dessas crianças com necessidades educacionais especiais que precisam de atendimento especializado.

A partir destas discussões, vale destacar alguns embasamentos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, escrito em seu artigo 58º e nos incisos 1º, 2º e 3º:

**Art. 58º.** Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º. Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º. O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º. A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil. (BRASIL, 1996, p. 21).

A partir desta lei podemos tomar conhecimento de como ocorre o processo da educação inclusiva para crianças com necessidades educacionais especiais. Pois, como sabemos a educação começa do berço familiar, ou seja, desde os primeiros meses de vida e segue dando continuidade no convívio da família, nas organizações sociais, no trabalho, nos relacionamentos familiares e principalmente no ambiente escolar, onde deve chegar sabendo respeitar os demais sujeitos, independente de suas particularidades. Diante destes aspectos, as crianças devem saber respeitar as diferenças uns dos outros sem distinção, para que se construa de fato uma sociedade inclusiva.

Vale ressaltar, a Declaração de Salamanca de 1994 que diz que a educação inclusiva tem que se adequar às especificidades de cada criança, independente se for de aprendizagem ou de qualquer outro tipo de necessidade, fazendo com que seja oferecida oportunidade de aprendizagens e até mesmo de incluir essas crianças por meio do ensino. Desta forma, percebemos que a escola inclusiva, visa oportunizar uma educação emancipatória tendo em vista tanto os princípios sociais e políticos, onde se preocupam de fato com a formação cidadã de cada sujeito.

De acordo com Carvalho (2007), percebemos que a luta travada pela inclusão de crianças especiais no ambiente escolar, visa oferecer uma educação de qualidade para todas as crianças, independente de cor, raça, etnia ou algum tipo de necessidade especial que um ou outro possui.

Diante do que vem sendo discutido, percebe-se ainda, que todas as crianças chegam a ser especiais de alguma forma, pois cada uma tem suas diferenças, se todos tivessem esta mentalidade, seria possível chegar a uma concretização de uma educação inclusiva, onde todos teriam a oportunidade de serem respeitados e vistos de maneira igualitária. Segundo Carvalho (2007), “a escola para todos, a escola inclusiva, tem como princípio fundamental que todas as crianças devem aprender juntas sempre que possível, independente de quaisquer dificuldades ou diferenças”. (p.62).

Neste sentido, podemos citar Minetto (2008), que salienta que é necessário que haja uma adequação no espaço escolar a fim de garantir a inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais. As principais adequações necessárias para a inclusão destas crianças são estruturais, para que possam de fato receber essas crianças com segurança e de maneira confortável de acordo com as suas especificidades; pedagógicas, com projetos bem elaborados que vise favorecer a integração, o aprendizado e o desenvolvimento das crianças, contratar profissionais capacitados e que busquem aprimorar seus conhecimentos para que possam atender de fato as necessidades de seus alunos. E também curriculares, para que seja elaborado um currículo visando atender a necessidade da inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais em seus objetivos através de planejamentos realizados e de algumas adaptações necessárias para cada especificidade/particularidade.

Por fim, buscar elaborar um currículo na expectativa de estabelecer estratégias de ensino, aprendizagem e principalmente de socialização de maneira dialógica e bem flexível, para que seja rompida a ideia de padronização de ensino e mais especificamente dos alunos, para que cada sujeito seja visto e atendido de acordo com as suas reais necessidades.

A respeito da acessibilidade e inclusão, ainda hoje, existem pessoas que acreditam que no campo as crianças com necessidades educacionais especiais não sofrem para ser aceitas pela sociedade, mas, infelizmente muitas vezes as crianças chegam a não serem aceitas pela sua própria família, com isso, as crianças ficam sem ter assistência e uma melhor desenvoltura, pelos responsáveis não buscarem ajuda, por acreditarem que a população no geral irá rejeitar, quando na verdade eles mesmos estão a fazer isso, ou seja, os mesmos ficam à margem da sociedade.

Segundo Lopes e Oliveira (2012) dizem que:

A questão da acessibilidade no contexto escolar favorece a liberdade do portador de necessidade especial possibilitando a interação e a integração entre os indivíduos, além de promover o desenvolvimento, as relações interpessoais e o respeito às diferenças entre os alunos. Um ambiente inacessível torna-se um ambiente segregador e excludente propício ao preconceito onde as barreiras muitas vezes podem tornar-se em impedimento de se locomover, de se expressar e de utilizar todos os espaços com autonomia. (LOPES E OLIVEIRA, 2012, p.8).

Diante dessas discussões, vale destacar e citar Nunes (2010), quando enfatiza que:

O conceito de acessibilidade extrapola as barreiras concretas da sociedade, passando a enfatizar o direito de ingresso, permanência e utilização de todos os bens e serviços sociais por toda a população. (NUNES, *et al.*2010, p.270).

Entretanto, algumas tentativas em possibilitar o acesso de pessoas com necessidades especiais aos seus espaços, tanto nos ambientes públicos quanto privados se tornaram frustrados, pois, não conseguiram obter bons resultados quando colocados em prática, o mesmo tem sido percebido nas escolas, especialmente, nas escolas do campo, muitas vezes esquecidas pela própria sociedade e seus governantes.

Sendo assim, podemos citar Manzini (2010) enfatiza que:

É necessário oferecer às escolas condições de acessibilidade em: edificações, meios de comunicação e informação e recursos didáticos, bem como formação adequada aos profissionais que atuarão no processo educativo das crianças. (MANZINI *et al.*, 2010, p.286).

No entanto, alguns órgãos dos quais são responsáveis pela educação buscaram colocar em prática, algumas medidas que possibilitassem o acesso de todos os sujeitos, principalmente aqueles que possuem algum tipo de necessidade especial a ingressar na escola, mas para que os mesmos pudessem permanecer na escola era necessário ter um ambiente qualificado e preparado para estes sujeitos, pois fazer apenas rampas e levar estas crianças para salas despreparadas, para serem atendidas de qualquer forma, não é o mais indicado, acaba dificultando ainda mais o aprendizado destas crianças.

Percebe-se que desta forma, tem causado ainda mais problema para a própria instituição, porque as dificuldades existentes são diversas, como: o transporte para levar estas crianças até a escola; o espaço físico da mesma; a falta de recursos pedagógicos adaptados e adequados; não ter educadores qualificados e preparados para ensinar estas crianças na escola. Vale ressaltar, que o problema não se limita somente a deficiência física, como também aquelas voltadas para deficiência intelectual, transtornos do desenvolvimento e também os casos de crianças com Altas Habilidades/superdotação.

Para obter bons resultados, é necessária a elaboração e construção de um ambiente social que seja adequado para a aprendizagem destes sujeitos, através de um ambiente que os possibilitem se sentirem à vontade, e que seja bastante acessível e favorável para a interação e o próprio desenvolvimento cognitivo dos mesmos.

Segundo Mirada (2010):

Falar de acessibilidade pressupõe falar em inclusão, que para se efetivar requer dois princípios essenciais: a remoção de eventuais barreiras impeditivas de aprendizagem com sucesso e fomentar propostas pedagógicas adequadas às diversas necessidades de aprendizagem. (MIRADA *et al.*, 2010, p. 299).

Entretanto, percebe-se que até então, tem ocorrido poucas ações que viabilizassem o processo integral dos sujeitos ao entrarem nas instituições de ensino regulares. Assim, como Lopes e Oliveira (2012) destacam:

[...] o não saber lidar com questões que diferenciam a receptividade daqueles sujeitos especiais à aprendizagem resulta o fato de não saber “fazer” para que ele aprenda o desprezo e por vezes a exclusão. A simples presença de crianças na sala de aula, não representa de fato encaminhamentos de inclusão, tão pouco de proporcionar-lhe direções para independência e vida comum a todos os sujeitos inseridos na sociedade. (LOPES E OLIVEIRA, 2012, p.9).

Sendo assim, sabemos que para incluir de fato as crianças com necessidades educacionais especiais, não basta apenas colocá-las em salas de aula de ensino regular, mas disponibilizar de recursos que garantam o conforto e acessibilidades destes alunos no ambiente escolar, uma sala equipada e preparada, com funcionários e profissionais de apoio que possam ajudar no aprendizado e desempenho dos mesmos, e ter professores qualificados para poder ensinar de maneira que lhe proporcionem caminhos a seguir para sentirem independentes e possam ter uma vida comum como os demais sujeitos e poder inserir-se de maneira geral na sociedade.

Todavia, percebe-se que pessoas que possuem algum tipo de necessidade especial estão ganhando espaços, a partir das batalhas travadas por reconhecimento e principalmente por seus direitos. Porém quando parte para a realidade é bem diferente, pois isso não vem se concretizando de fato nos setores públicos, especialmente no acesso à educação regular das escolas públicas, por falta de investimento para adaptar os espaços para que todos os sujeitos sejam bem acolhidos, principalmente no campo.

Diante dessas discussões, percebe-se que são vários os caminhos que os movimentos sociais organizados têm buscado para lutar por seus direitos, na luta por melhores condições de vida, tanto para os trabalhadores do campo, quanto para as pessoas com necessidades

especiais, através de suas lutas diárias, tem conquistado seus espaços aos poucos na própria legislação, assim como conquistaram também instrumentos jurídicos de luta.

Em suma, temos a Educação do Campo como sendo destinada às pessoas que residem e vivem do campo, como: os agricultores familiares, os pescadores, os extrativistas, os assentados e acampados da reforma agrária, os ribeirinhos, os artesanais, os trabalhadores assalariados rurais, os povos das florestas, os caboclos, os quilombolas, caiçaras e tanto outros que produzem e buscam condições materiais e de permanência através do seu trabalho no meio rural. É importante destacar ainda, a política de educação do campo que se compromete a ampliar e qualificar a oferta de educação básica e superior às populações do campo (BRASIL, 2010).

Vale destacar, sobre a interface entre a educação especial e a educação do campo aparece na legislação específica da educação do campo, conforme a Resolução nº 2/2008 (BRASIL, 2008c), onde afirma em seu parágrafo 5 que:

§ 5º - Os sistemas de ensino adotarão providências para que as crianças e os jovens portadores de necessidades especiais, objeto da modalidade de Educação Especial, residentes no campo, também tenham acesso à Educação Básica, preferentemente em escolas comuns da rede de ensino regular.

Além disso, também está presente em documento da educação especial, assim como podemos ver de acordo com o texto da Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, onde se afirma que:

A interface da educação especial na educação indígena, do campo e quilombola deve assegurar que os recursos, serviços e atendimento educacional especializado estejam presentes nos projetos pedagógicos construídos com base nas diferenças socioculturais desses grupos. (BRASIL, 2008c, p. 17)

Também podendo ser encontrado, no texto do Plano Nacional de Educação, em tramitação no Congresso Nacional, em que anuncia a seguinte meta: “Universalizar, para a população de 4 a 17 anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino” (BRASIL, 2014C, P.7); é apresentada ainda a seguinte estratégia: “Implantar salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado complementar, nas escolas urbanas e rurais” (BRASIL, 2011c, idem p.7, item 4.3).

Diante destas discussões, podemos citar Di Pierro e Andrade (2009), que aborda sobre os alunos que residem no campo precisarem se deslocar até a cidade para poderem estudar:

[...] não só contraria a legislação e normas vigentes (que asseguram a crianças e adolescentes o estudo próximo à residência, em escolas com organização adequada, currículo relevante e práticas pedagógicas significativas), como entra em contradição com os projetos de formação humana das novas gerações e as aspirações de mudança nas relações político-econômicas, socioculturais e ambientais dos movimentos sociais do campo. Também inviabiliza a participação das famílias assentadas na gestão escolar, seja porque as escolas rurais têm pouca autonomia ou porque, em virtude da distância, as famílias não conseguem participar da gestão das escolas urbanas. (DI PIERRO; ANDRADE, 2009, p. 255).

Ressaltamos ainda, a questão da permanência e dificuldades dos alunos na escola, acerca do acesso à escola, principalmente quando se trata do deslocamento escolar destes estudantes com necessidades especiais, pois sabemos muitas vezes chega a ser um problema, para os mesmos poderem se deslocar. O transporte escolar em áreas rurais é um sério problema para o acesso escolar, situação que se agrava muito para o aluno que necessita de um transporte escolar adaptado (GONÇALVES, 2013).

Além disso, sabemos que os transportes escolares em áreas rurais são bem precários, principalmente quando se fala em transportes escolares adaptados para alunos que possuam alguma deficiência física, que seja cadeirantes, pois só em 2007 chegou a ser especificado de fato um transporte adaptado para levar os alunos com necessidades especiais em segurança para a escola (BRASIL, 2007).

Diante disto, percebe-se que no campo, as pessoas com deficiência ainda são invisíveis (MARCOCCIA, 2011). Há silêncio sobre elas nos documentos dos movimentos sociais que lutam pela reforma agrária no país, há silêncio sobre elas na produção do conhecimento na área da educação especial (CAIADO; MELLETTI, 2011).

Contudo, vimos que: os movimentos populares organizados de luta pela terra, pela educação do campo, conquistaram a legislação atual; exemplos disso as Diretrizes Operacionais para Educação Básica das Escolas do Campo (BRASIL, 2002) e a Política Nacional de Educação do Campo (BRASIL, 2010), cuja concepção de educação do campo se fundamenta pelo compromisso com um novo projeto de sociedade, que anuncia a luta pela superação do sistema capitalista (CALDART, 2012). Com isso, percebemos que a partir desse projeto, na escola do campo teria a garantia do direito de todas as pessoas que residem no campo, estudar na mesma, principalmente as pessoas com necessidades especiais.

Nas últimas décadas, a educação do campo, vem se reivindicando, a partir de movimentos sociais e de discussões nacionais, uma educação específica para as comunidades e que, de acordo com o art. 28 da LDB 9394/96 (BRASIL, 2001), promova as adaptações necessárias às peculiaridades da vida rural, de forma que os conteúdos curriculares e as

metodologias atendam às reais necessidades e aos interesses dos alunos da zona rural (CALDART, 2003).

Contudo, percebemos que o acesso de alunos com necessidades especiais em escolas regulares já chega a ser uma realidade em nosso país, diante de leituras realizadas vemos que existe uma boa participação desses sujeitos nas instituições, onde os mesmos aprendem através dos métodos tradicionais já existentes na instituição, assim, como a partir das práticas desenvolvidas anteriormente, onde todos os alunos acabam sendo igualados, sem ser visto a partir de suas reais necessidades. Dessa forma, a educação especial e a educação do campo vêm, ao longo das duas últimas décadas, reivindicando uma educação específica e identitária que considere em sua totalidade os modos de organização, cultura e valores das comunidades e seus diferentes sujeitos (BRASIL, 2001; CALDART, 2003).

Segundo Lima; Oliva; Nogueira (2013):

A necessidade de uma ressignificação sistêmica, conceitual e atitudinal também esteve presente nos diferentes contextos educacionais das pessoas com deficiência. Afinal, muitos dos conceitos e formas de atendimento a essas pessoas estavam, historicamente, associados às expectativas sociais e aos modelos de homem e de normalidade constituídos em determinadas épocas da humanidade. Nesse sentido, cabe destacar que, assim como o conceito de deficiência está relacionado aos diferentes modelos e concepções de determinadas épocas históricas, o mesmo pode ser percebido com relação ao conceito e à prática da educação especial, na sua trajetória histórica. (LIMA; OLIVA; NOGUEIRA, 2013).

Segundo uma citação de Campos e Martins (2008) dizem que ainda no início da segunda metade do século XX os pais dos deficientes organizados em grandes associações contribuem para o surgimento de significativas modificações na área da Educação Especial. Dentre esses surgimentos, está o da legislação especial com a delegação da defesa dos interesses das pessoas com necessidades especiais.

Contudo, sobre a inclusão destacamos Sasaki (1997), que afirma:

A ideia de inclusão surgiu para derrubar a prática da exclusão social a que foram expostas as pessoas com deficiência por vários séculos. A exclusão ocorria em seu sentido total, ou seja, as pessoas com deficiência eram excluídas da sociedade para qualquer atividade porque eram consideradas inválidas, sem utilidade para a sociedade e incapazes de trabalhar, características estas atribuídas indistintamente a todos os portadores ou que tiveram alguma deficiência (SASSAKI, 1997, p. 30-31).

Percebe-se então, que a oferta de escolarização nas áreas rurais do Brasil já é uma realidade hoje em dia. E que as lutas que foram e ainda vem sendo travadas até hoje, estão surtindo efeito, pois, quando falamos em Educação do Campo, estamos nos referindo diretamente às lutas dos trabalhadores do campo organizados por meio dos movimentos sociais, em busca de uma educação de qualidade e igualdade para que todos os sujeitos

tenham acesso à escola, inclusive aqueles que têm algum tipo de necessidade especial. Vale destacar que mesmo com as lutas e “conquistas” dos povos camponeses, a oferta de escolarização nas áreas rurais no Brasil acabam sendo um ponto problemático, pois, mais 40 mil escolas acabaram sendo fechadas nos últimos 25 anos.

Diante disso, a Educação do Campo tem como finalidade oferecer uma educação escolar de qualidade para todas as crianças, principalmente, para as crianças que têm algum tipo de necessidade especial, visa ainda, educação específica associada também ao meio de vida do estudante, associando à sua produção de vida, seu conhecimento cultural do campo, para que os mesmos possam desenvolver ações de maneira coletiva juntamente com a comunidade escolar numa perspectiva de igualdade e qualificação do processo de ensino aprendizagem.

### 3.2 POSSIBILIDADES DE APRENDER A PARTIR DO CHÃO QUE SE PISA – EM FOCO EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA PARA A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO

É de suma importância, que os alunos possam aprender a partir do lugar onde vivem. Diante disso, é necessário que se faça uma contextualização das vivências dos próprios alunos, pois, o ensino deve levar em consideração o cotidiano, a realidade de cada região e, principalmente as experiências vivenciadas pelos alunos, buscar conhecer o máximo possível, sobre suas prováveis áreas de atuação profissional futuramente, para que se possa ensinar aos estudantes levando em conta o seu contexto.

Com isso, vale salientar o quanto o papel da contextualização é importante nos processos de ensino e de aprendizagem, pois, como sabemos além de contribuir tanto para a compreensão de fenômenos, quanto para os conhecimentos científicos, estabelece ainda, relações desses aspectos com o contexto no qual o sujeito vive, com a criticidade, tendo em vista buscar compreender esse contexto, visando superar o senso comum.

Faz-se necessário discutir um pouco a favor da educação contextualizada, a partir do exposto observou-se também que a mesma tem como objetivo despertar inúmeros pontos positivos, além de um amplo conhecimento, desperta ainda, uma sensibilidade pedagógica fazendo com que sejam reconhecidas as potencialidades do Semiárido, desta forma, possibilitando a construção de uma educação adequada, na qual será trabalhada e tecida com fios da própria cultura local.

A partir disso, vem se construindo uma ampla rede de saberes para que as pessoas do Semiárido sejam melhor valorizadas, e que possam se tornar protagonistas do seu próprio

processo de emancipação. Com isso, podemos ver que acaba se constituindo uma luta simbólica na medida em que vai se desconstruindo os preconceitos, principalmente, os estigmas regionais, e de acordo com a construção de uma relação entre a educação e o desenvolvimento que deixa de ser simplesmente residual.

Diante disso, podemos citar Kraus (2015) que enfatiza:

[...] a educação contextualizada se preocupa em relacionar a vida cotidiana com a escola, fazendo da vida um objeto do conhecimento escolar e fazendo da educação um modo de ser. Assim, supera a fragmentação disciplinar e favorece o entendimento do diálogo entre os diferentes saberes, desenvolvendo uma visão holística da vida no mundo, novos significados do lugar e da vida no lugar. (KRAUS, 2015).

Percebe-se que esta prática pedagógica, visa alterar a visão de mundo através da representação social acerca do Semiárido, buscando mostrar as possibilidades existentes do local, e não apenas a negação, como era passada a ideia antigamente de ser simplesmente um lugar de seca e miséria.

Ainda de acordo com Kraus (2015):

A educação contextualizada é um dos processos de revalorização territorial e de desenvolvimento dentro do paradigma de convivência. Ela se impõe com mais força na realidade política brasileira desde 2000, quando foi criada a Rede de Educação do Semiárido Brasileiro – RESAB. Esta é uma articulação político-pedagógica, cuja ação em comum é consolidar a proposta de educação contextualizada. (KRAUS, 2015, p.29)

Nesse sentido, a educação contextualizada transforma a ideia de um simples lugar, onde só são mostradas as dificuldades e a negação existente no local, a partir de um novo olhar, visando valorizar o território onde vivem, por meio das várias possibilidades, e principalmente, as potencialidades que são desempenhadas por meio do papel fundamental da educação, e que podem ser trabalhadas e desenvolvidas pelos sujeitos no lugar onde residem, já que a educação contextualizada se preocupa em trabalhar a relação da vida cotidiana do estudante com a escola.

Desta forma, salientamos que a LDB de 1996 rompe com o ponto de vista da educação básica que predominava no período anterior à redemocratização da sociedade. Fazendo com que a proposta de uma educação adaptável se tornasse dominante naquele momento, uma vez que a educação adaptativa ou integrativa não é vista pelo movimento da educação especial como necessariamente inclusiva, mas que passasse a considerar todos os sujeitos, sem distinção de nenhum, levando em consideração desde aqueles sujeitos que têm algum tipo de necessidade especial, até aqueles vistos como diferentes, como: os trabalhadores rurais, os

assentados, os acampados, meninos de rua, sujeitos com necessidades especiais, os indígenas, quilombolas, dentre outros.

Com a proposta de uma educação adaptável, a LDB de 1996 quebra com a concepção de educação básica predominante no período anterior a redemocratização da sociedade, com isso passou-se então, a buscar uma melhor educação escolar que levasse em consideração as especialidades dos estudantes, mas não passou apenas de um hiato, aonde não veio a se concretizar. Assim, como Farias (2009) destaca:

Passou-se a buscar uma educação escolar que leve em conta as peculiaridades dos educandos; desenvolvendo um tratamento de acordo com suas especificidades sócio-culturais. Dessa forma pode-se reconhecer que os mecanismos normatizadores da educação se constituíram enquanto “campo de batalha” de diferentes grupos sociais, referendando a necessidade de levantar questionamentos sobre as propostas apresentadas na LDB e nos PCN’S e sua efetiva realização no cotidiano das escolas. O que poderemos verificar e será melhor discutido é a existência de um hiato entre o que a lei propõe e como ela se efetiva. (FARIAS, 2009, p.41)

Diante disto, percebemos que não se concretizou de fato o que a lei propõe, pois muitos desses povos não têm acesso a uma educação de qualidade. Mas, busca-se efetivar uma educação que vise oferecer melhores condições de ensino, levando em consideração as reais necessidades dos alunos, para que os mesmos possam ingressar e permanecer na escola, através de novos hábitos, colocando em prática as vivências dos alunos e seus costumes, enfim, buscar compreender os alunos e fazer adaptações que assegurem estes alunos no ambiente escolar.

Partindo disso, entendemos que é através da construção/elaboração das propostas curriculares, dos conteúdos e livros didáticos, que se chega a definir o tipo de cidadão e que sociedade se quer construir, a partir dos objetivos que se quer alcançar é que faz toda diferença no ensino escolar, pois, esses conteúdos contribuem para que os alunos possam ter conhecimento e entender de fato sua história, a história de sua região e, enfim, do mundo que os cercam.

Com isso, fica claro que todos os profissionais envolvidos de alguma forma com a educação têm que entender que ensinar não é simplesmente transmitir conteúdos, mas significa construir um universo através destes, para que possam ensinar de maneira diversificada, a partir de uma relação ativa onde vêm possibilidades com os mais variados saberes que vão além da vida social, visando um amplo conhecimento, para todos.

Portanto, devemos pensar a educação contextualizada para a Convivência com o Semiárido como uma construção de oportunidades e possibilidades da relação entre a

educação e a melhoria da qualidade de vida dos sujeitos da sociedade, colocando em prática e levando em consideração os saberes populares, regionais e locais dos estudantes, relacionando os conteúdos didáticos com a realidade cotidiana dos mesmos. Diante do exposto, percebe-se que deve buscar sempre apresentar a educação contextualizada como um processo educativo para que os sujeitos passem a enxergar o local onde vivem como um lugar de oportunidades e passem a integrar saberes para que possam valorizar a sua cultura regional/local.

Todavia, para se pensar em educação para a Convivência com o Semiárido deve-se discutir a partir das diversas áreas de conhecimento, pois, é através das mesmas que é possível compreender o contexto social de maneira ampla e as suas múltiplas relações que acabam se estabelecendo, a exemplo, do que será produzido e reproduzido na sala de aula, relacionando sempre todos locais/áreas, deste o local, global, urbano, rural, micro e macro, até o clima predominante da região, como a estiagem e a chuva, como também a relação do ser humano, os conflitos vivenciados por gerações, enfim, todos os comportamentos, ações e atitudes do povo que habita o Semiárido.

Com isso, vale citar Farias e Pinheiro (2011) que enfatizam a importância de ensinar a partir do chão em que se pisa:

[...] torna-se imperativo “descolonizar” os currículos e os livros didáticos, mudando a visão de uma educação meramente conceitual, teórica, abstrata e especulativa, para uma educação que contemple conhecimentos pertinentes e integre saberes. Trata-se de construir questões relevantes que, superando o discurso de “coitados”, “marginalizados”, “explorados”, agenciem sujeitos que, reconhecendo suas fragilidades e potencialidades, construam diferentes formas de compreender, explicar e ensinar o mundo, tendo como substrato o “chão onde pisam”. (FARIAS; PINHEIRO, 2011).

No entanto, o livro didático não é o definidor de limites do assunto/conteúdo que será discutido e trabalhado em sala de aula, mas, será de certa forma o norteador dos assuntos, onde o professor tem a liberdade de contextualizar os assuntos do livro didático com a realidade do seu lugar/Semiárido onde vivem, buscando sempre relacionar os conteúdos a partir das histórias e vivências do chão que os estudantes pisam.

Podemos trazer novamente, Farias e Pinheiro (2011) que abordam sobre a contextualização do livro didático elaborado pela RESAB – Rede Educação do Semiárido Brasileiro:

[...] pressupõe a montagem de um material que valorize a história de vida das pessoas, percebendo a diferença e diversidade como riquezas para a construção de fazeres e saberes, das diversas formas de expressão do povo que habita o Semiárido, tendo como ponto de partida a sistematização de conhecimentos – cultura histórica. (FARIAS; PINHEIRO, 2011).

Sendo assim, percebe-se que para compreender a educação contextualizada para a Convivência com o Semiárido é necessário buscar todos os meios de possibilidades e relações existentes no mundo, principalmente da própria região, não se restringir e limitar apenas o espaço físico e a dimensão da objetividade. Mas, deve levar em consideração as múltiplas composições e ramificações necessárias para se pensar em uma educação contextualizada e colocar a mesma em prática a partir da própria história, ideias, pensamentos, dos valores culturais e regionais, hábitos, enfim, de cada vivência da localidade.

Diante disso, percebemos o quanto é importante que a comunidade escolar, esteja sempre em busca de atualização, tanto nas disciplinas, nos conteúdos, acerca da história da região onde residem, os professores também precisam estar atualizados do que acontecem no mundo, sempre estudando e pesquisando para que possam colocar em prática os saberes aprendidos no decorrer do ensino e consigam discutir com os educandos o que chega a ser uma Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido, que é estar sempre “atualizado” em busca de novos conhecimentos, saberes e das novas demandas que vêm surgindo no decorrer dos dias atuais.

Salientamos ainda, a contribuição que os movimentos sociais do campo e a sociedade civil organizada visam e possibilitam quando pensam e buscam discutir uma Educação para a Convivência com o Semiárido relacionando a questão da contextualização do livro didático. Nas palavras de Martins, “é entender que o Semiárido e os seus saberes são frutos de um processo longo que se desenvolveu no seio de uma mestiçagem e de um hibridismo cultural que compõe o perfil humano dos sertões – sertão negro, indígena, branco, estrangeiro, etc”. (MARTINS; 2006; p. 247).

Ainda de acordo com Martins (2006):

O que está por trás, portanto, da ideia de “educação para a Convivência com o Semi-Árido” é, antes de qualquer coisa, a defesa de uma contextualização da educação, do ensino, das metodologias, dos processos. (...) É uma questão de romper com uma forma de nomeação operada “de fora”, sem sequer dar tempo para que os sujeitos possam organizar uma auto-definição e uma auto-qualificação; uma auto-representação. Antes disso, já estão nomeados, qualificados, representados numa caricatura na qual sequer podem se reconhecer. (p. 235)

Por isso, devemos relacionar os conteúdos dos livros didáticos com os assuntos do lugar onde o aluno está inserido, para que os mesmos possam conseguir se enxergar e verem que se encaixam de fato no conteúdo que está sendo discutido em sala de aula, para que sintam a necessidade de pesquisar e saber cada vez mais do espaço onde habitam, da sua história (como se iniciou) está sempre em pesquisa constante para saber as transformações da realidade local, do dia a dia, sobre sua cultura regional existente, dos hábitos predominantes etc. Todavia, vale ressaltar que: “não há saber mais nem saber menos, há saberes diferentes” várias identidades. (OLIVEIRA; 2007a; p. 71)

Portanto, trazemos um pouco de Sousa e Reis (2003) que apresentam a educação contextualizada como:

(...) um novo significado às práticas sociais, (re)desenhando a realidade que começa a ser transformada a partir da ação mais conscientes das pessoas movidas pela inconformidade e pelo desejo autêntico e tão necessário à ação educativa: o da transformação (...) expandindo essa nova escola, essa nova sociedade. (SOUZA e REIS; 2003; p. 31).

Dessa forma, a escola passa a contribuir com o processo de transformação da relação entre os seres humanos, com a natureza, através de meios que proporcionam novas possibilidades de vida para os estudantes, fazendo com os mesmos passem a conhecer e entender como é possível trabalhar a amplitude da inclusão e a relação da melhoria da contextualização da educação para a Convivência do Semiárido dentro da sala de aula.

Com isso, podemos caracterizar a educação contextualizada para a Convivência com o Semiárido como uma variedade de conhecimentos que visa trabalhar e identificar os mais amplos saberes e sabores existentes no Semiárido. De acordo com Menezes e Araújo: “É nesta perspectiva, que o currículo contextualizado exige a inclusão de questões locais, regionais e de contextos que, historicamente não mereceram atenção nem destaque dentro do ensino, das metodologias e processos de educação (...)” (MENEZES e ARAÚJO; 2007; p. 36).

Ainda de acordo com Menezes e Araújo (2007), referendam acerca da educação contextualizada que:

O princípio político da valorização e articulação dos saberes; bem como a valorização dos espaços de aprendizagem, como a comunidade, o bairro, (...) a preocupação fundante é não restringir os saberes e os conhecimentos apenas ao ambiente da escola, mas articulá-los com os saberes da vida, nas suas variadas dimensões: afetiva, social, prática, estética, cultural. (p. 36).

Deve se levar em consideração as particularidades e especificidades das dinâmicas do ambiente/espço local do estudante, a partir de suas vivências, experiências, simplicidade e sobre suas relações culturais, identitárias, buscando compreender as complexidades existentes através das constituições e subjetividades do estado, pois, como sabemos sem ter determinado conhecimento acerca do assunto, não é possível construir um bom diálogo e respeitar a opinião dos demais. Diante desses argumentos se constrói um vínculo entre os sujeitos, onde os mesmos passam a conhecer os modos de vida e os sabores e saberes locais, fazendo com que esse diálogo/conhecimento chegue a outros lugares/pessoas.

Enfim, para ensinar e mostrar as possibilidades de aprender a partir do chão que se pisa, tendo como foco a Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido, é necessário que o professor, além de viver, trabalhar e se envolver efetivamente com as lutas e sujeitos da comunidade, esteja em constante estudo de pesquisa na qual vise à proposta de contextualização, atentando especificamente para a cultura vivida pelos indivíduos no qual está ensinando, levando em consideração os valores, sentidos, saberes, as crenças de grupos e a comunidade onde a escola está inserida.

Dessa forma, podemos trazer um pouco de Araújo que relata acerca da proposta de contextualização, “só assim poderão contribuir, com intensidade e fecundez, nos processos de afirmação das singularidades, da identidade e da diversidade cultural, de formação da sensibilidade crítico criadora, da imaginação criante, no cuidado com os valores humanos”. (ARAÚJO, 2007)

Com isso, vemos a importância da Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido no espaço escolar, através da mesma é possível mostrar aos estudantes o quanto é importante conhecer suas origens, o lugar onde vive, a partir dos conhecimentos regionais trabalhados em sala de aula. Não devemos esquecer que essa proposta só é possível com o empenho do professor, já que o mesmo está sempre em busca de estratégias necessárias para discutir com os alunos os conteúdos, visando atingir os objetivos propostos pela educação contextualizada.

## 4 CAMINHOS DA PESQUISA: OPÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

### 4.1 TIPO DE PESQUISA

A pesquisa é do tipo qualitativa, que, segundo Chizzotti (2003), considera que atualmente, é um campo transdisciplinar e que visa a valorização do processo e não apenas do resultado, por envolver as ciências humanas e sociais. Para que seja concretizada este tipo de pesquisa, são utilizados vários métodos como entrevista, estudo de caso, observação participante, entre outros.

Diante disso, percebe-se que o autor afirma que cada vez mais este tipo de pesquisa está sendo utilizada, tendo em vista que o mesmo proporciona ter um contato mais complexo com o objeto de estudo, ampliando o conhecimento e permitindo uma compreensão mais aprofundada acerca do objeto analisado. Desta forma,

O termo qualitativo implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objeto de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível e, após este tirocínio, o autor interpreta e traduz em um texto, zelosamente escrito, com perspicácia e competência científicas os significados patentes ou ocultos do seu objeto de pesquisa (CHIZZOTTI, 2003, p. 221).

Quanto à natureza da pesquisa ela é básica, que, segundo Schwartzman (1979), delinea a pesquisa básica como “aquela que acumula conhecimentos e informações que podem eventualmente levar a resultados acadêmicos ou aplicados importantes, mas sem fazê-lo diretamente”, porque ela objetiva gerar novos conhecimentos, neste caso, como é o trabalho do profissional de apoio nas turmas com crianças com necessidades educacionais especiais nesta escola do campo, ainda, segundo o autor, na medida em que a mesma é aplicada pode ser definida como “aquela que tem um resultado prático e visível em termos econômicos ou de outra utilidade que não seja o próprio conhecimento”.

O objetivo é de natureza exploratória, segundo Gil (2002), “constitui a primeira etapa de um estudo mais amplo, e é muito utilizada em pesquisas cujo tema foi pouco explorado, podendo ser aplicada em estudos iniciais para se obter uma visão geral acerca de determinados fatos”, a partir dessa pesquisa estarei de certa forma explorando sobre a questão da importância do trabalho do profissional de apoio nessa escola e ainda mais por ser uma escola localizada na zona rural, que como sabemos muitas vezes se torna esquecida.

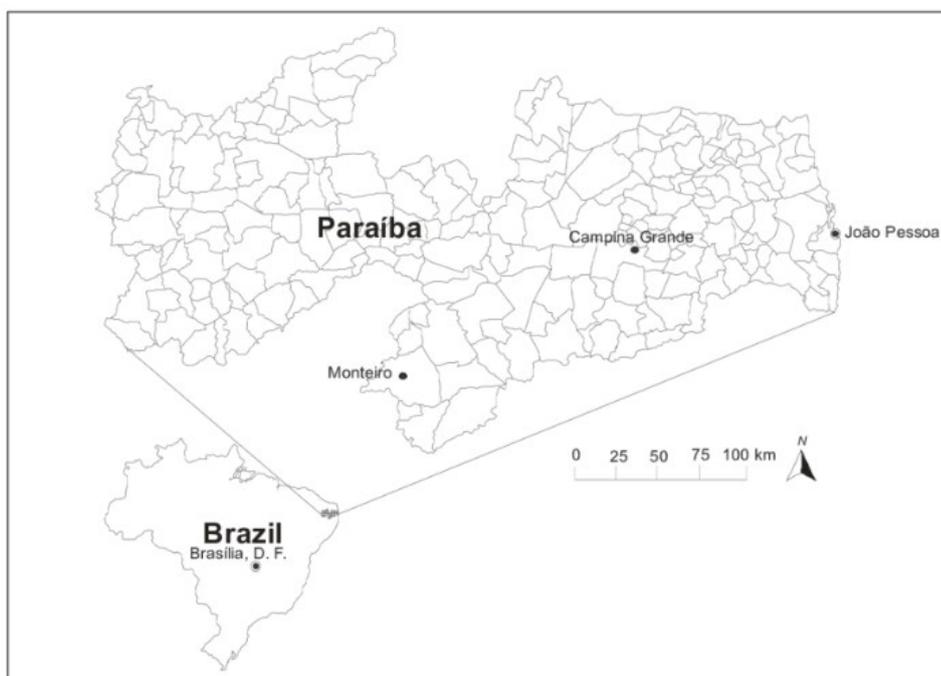
## 4.2 CAMPO DE PESQUISA

O referido campo de pesquisa será a Escola Municipal Benícia Alves de Lima, localizada no município de Monteiro, no Assentamento Santa Catarina.

### 4.2.1 Município

Monteiro é uma cidade do Estado da Paraíba, os seus habitantes chamam-se monteirenses. O município estende-se por 986,4 km<sup>2</sup>, de acordo com o último censo o município conta com 33.222 habitantes. Sua densidade demográfica é de 33,7 habitantes por km<sup>2</sup> no território do município.

**Mapa 1 - Localização de Monteiro PB, em relação ao estado da Paraíba, Brasil.**



Fonte: Barbosa, A. S et al. 2017

### 4.2.2 Comunidade

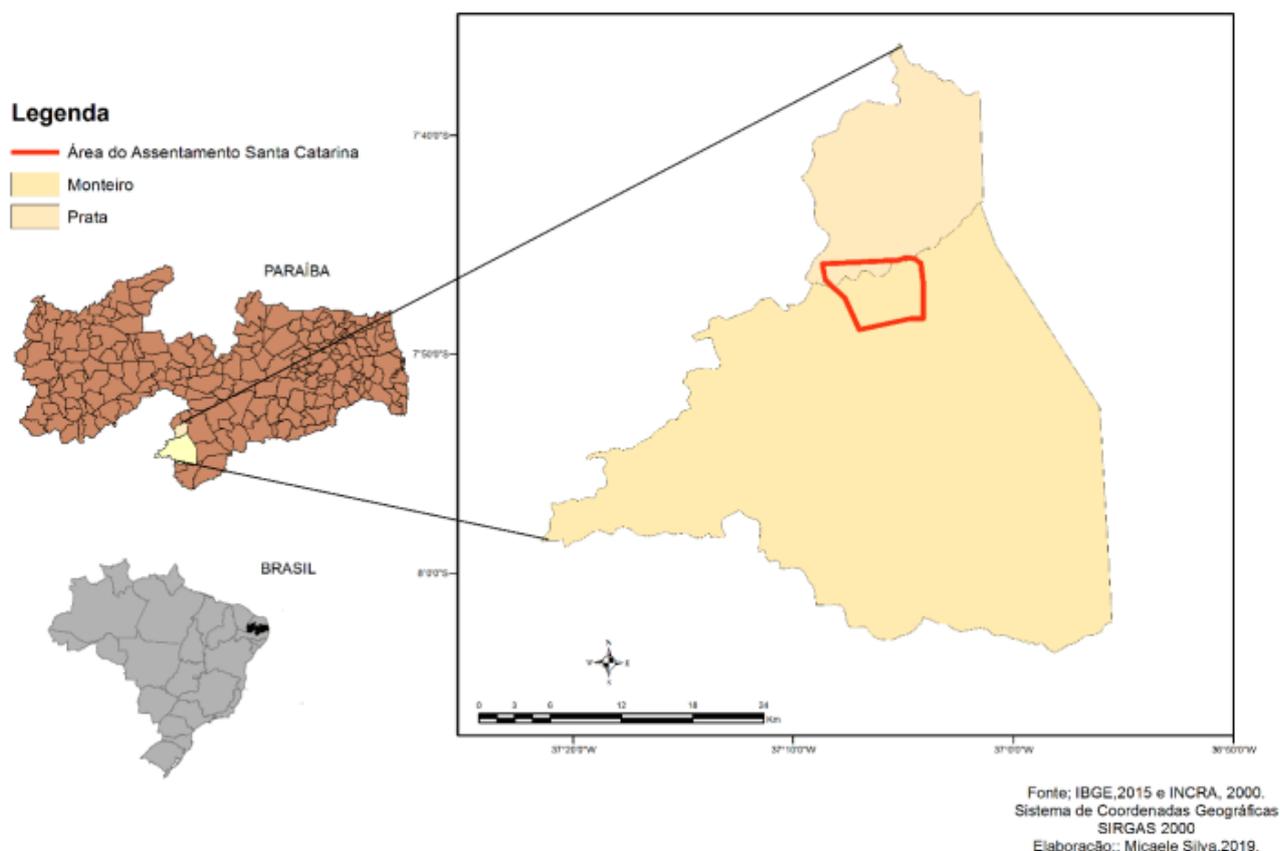
O Assentamento Santa Catarina está localizado na zona rural do município de Monteiro e em uma pequena parte no município da Prata, ocupando assim, uma área de 11.192, 01 km<sup>2</sup>, a mesma equivale a 20% do Estado da Paraíba. De acordo com o trabalho (ASSENTAMENTO SANTA CATARINA- PB: políticas públicas e a convivência com o semiárido), a área está sob o domínio climático quente e seco, ou semiárido, tendo como

principal recurso hídrico a bacia hidrográfica do Rio Paraíba, que tem sua nascente em Monteiro na Serra do Jabitacá.

O Assentamento é dividido em setores, comunidades ou sítios, sendo eles: Sítio do Meio, Angiquinho, Guedes, Batizar, Lagoa dos Caititus, Louro, Ribeira, Macapá, Balanço, Tungão, Olho d' Água do Neto, Gabriel, Matarina, Barro, Barragem, Gameleira, Morcego, Gavião, Quixabeira, Pindurão e, por fim, o Assentamento Santa Catarina, onde a Escola é localizada. Sobre a infraestrutura do Assentamento Santa Catarina, conta com escolas, postos de saúde, eletrificação, vias de circulação, telefonia, igreja etc.

## Mapa 2 - Localização do Assentamento Santa Catarina-PB

Localização do Assentamento Santa Catarina



Fonte: SILVA, 2019.

### 4.2.3 Escola

De acordo com o PPP da Escola Benícia Alves de Lima, a Escola foi criada em 02/04/1997 na gestão do Prefeito Carlos Alberto Batinga Chaves. A mesma foi criada por

iniciativa das lideranças da comunidade, sendo eles: Sr. José Chagas Sobrinho (Deda Chagas) e do Sr. José Alves de Oliveira (Zezinho Pintado), a Unidade Escolar antes de sua utilização como Escola, serviu como Associação de Produtores Rurais e até mesmo vestiário para clubes amadores de futebol existentes na região. A escola recebeu este nome que é utilizado até hoje, para homenagear uma moradora da comunidade na qual a mesma está inserida.

O Projeto Político Pedagógico da Escola é pensado, exatamente, a partir das especificidades dos sujeitos do campo, logo as atividades acabam sendo adaptadas e relacionadas em alguns momentos com a Educação do Campo, os professores buscam contextualizar os conteúdos didáticos com a realidade dos estudantes, levando-os a conhecer, por exemplo, pontos turísticos da região como: o Memorial Zabé da Loca, a Laje das Moças, a Pedra do Índio, entre outros espaços, discutindo sobre a importância desses espaços da comunidade onde os mesmos residem.

A Escola atende alunos das demais comunidades circunvizinhas, como: Sítio do Meio, Angiquinho, Guedes, Batizar, Lagoa dos Caititus, Louro, Ribeira, Macapá, Balanço, Tungão, Olho d' Água do Neto, Gabriel, Matarina, Barro, Barragem, Gameleira, Morcego, Gavião, Quixabeira, Pindurão, além dos alunos do próprio Assentamento Santa Catarina.

De acordo com o PPP da Escola o espaço conta com uma área total de 309,62 m<sup>2</sup> e uma área construída de 195,80 m<sup>2</sup>, a Escola Benícia Alves de Lima está inscrita no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP sob número 2504071 e está fora dos padrões mínimos de funcionamento.

A Escola está organizada no turno vespertino, atendendo aos alunos tanto da Educação Infantil quanto do Ensino Fundamental I. A equipe é composta por: Gestor Escolar, Supervisor Escolar, Professores, Agente de portaria, Merendeiras e Auxiliares de Apoio para poder atender ao alunado.

Os espaços físicos da escola: 07 salas de aula, 01 sala de direção, 01 cozinha, 03 banheiros, 01 almoxarifado, 01 pátio recreativo e 01 quadra poliesportiva. Quanto aos materiais pedagógicos tem: 01 projetor (Data Show), 01 notebook, 01 televisor, 01 microfone, 07 computadores, 01 impressora, 01 scanner e 01 caixa de som amplificada.

**Fotografia 1** - Escola Municipal Benícia Alves de Lima



**Fonte:** Acervo da autora, 2022.

#### 4.3 SUJEITOS

O sujeito da pesquisa será a profissional de apoio de crianças com necessidades educacionais especiais da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental I Benícia Alves de Lima, já que o trabalho discute sobre a importância do profissional de apoio para o acompanhamento do ensino-aprendizagem de crianças especiais em uma Escola do Campo. A Escola possui apenas uma profissional de apoio, atualmente acompanha apenas dois alunos com necessidades especiais.

<b>CARACTERIZAÇÃO DOS ALUNOS</b>	<b>IDADE</b>	<b>ANO DE ENSINO</b>	<b>TIPO DE DEFICIÊNCIA</b>
MENINA	10	5º ANO B	Síndrome de Down
MENINO	9	Infantil 5	Microcefalia

A profissional de apoio de crianças com necessidades educacionais especiais tem 36 anos, quanto a sua escolarização tem o ensino médio completo, não tem formação específica,

mas atualmente estar cursando pedagogia, possui algumas capacitações em: libras e palestras sobre a Educação Especial, trabalha a 7 anos na escola, a mesma nasceu, se criou e ainda hoje continua pertencendo a comunidade, a mesma tem vínculo com estas crianças fora do ambiente escolar, por todos os sujeitos residirem na mesma comunidade.

A escolha se deu a partir de uma curiosidade em conhecer e saber como é que se dá o trabalho do profissional de apoio nas turmas que possuem crianças com algum tipo de necessidade especial, mais especificamente, na unidade escolar da E.M.E.F. Benícia Alves de Lima por ser uma Escola no Campo e que atende crianças com necessidades educacionais especiais, tendo em vista, as inúmeras dificuldades que estes sujeitos enfrentam, principalmente por residirem na zona rural.

#### 4.4 INSTRUMENTOS METODOLÓGICOS

Realizei a pesquisa através de entrevista e questionário com a profissional de apoio de crianças com necessidades educacionais especiais da Escola no Campo para conseguir atingir os objetivos propostos e necessários para a concretização desta pesquisa.

Os procedimentos que foram utilizados nesta pesquisa é a pesquisa participante, segundo Brandão e Borges (2007), afirmam que a pesquisa participante tem como estrutura os seguintes pontos: deve contemplar “a realidade concreta da vida cotidiana dos próprios participantes individuais e coletivos do processo, em suas diferentes dimensões e interações” (p. 54); e deve contextualizar em sua dimensão histórica as estruturas, os processos, as organizações e os sujeitos sociais, convertendo a visão de sujeito objeto em uma relação do tipo sujeito-sujeito. Sendo assim, a partir desse processo a comunidade em si pode participar da análise de sua própria realidade.

As técnicas utilizadas para as coletas de dados foram *entrevistas* que é uma técnica utilizada quando desejamos obter alguns dados para determinada elaboração de uma pesquisa e principalmente para que os objetivos e as hipóteses sejam de fato, validados; e *questionários* que é um conjunto de questões que são elaboradas para originar uma determinada quantidade de dados que serão necessários para atingir os objetivos pretendidos na pesquisa.

Utilizei a *entrevista* por ser um método de coleta de dados eficiente que me possibilita enquanto pesquisador, ter um relacionamento direto com o entrevistado para melhor obter respostas acerca de determinado assunto/conteúdo que estou pesquisando e me permite recolher informações ainda mais ricas, em certos casos mais concretas, pois estarei tirando as dúvidas de algo que não tenha ficado tão claro, sem contar a riqueza que é ouvir as

experiências e conhecimentos que o mesmo têm acerca do assunto do caso da minha proposta de pesquisa, relacionado à importância do profissional de apoio para o ensino-aprendizagem nas turmas de crianças com necessidades educacionais especiais. A entrevista foi realizada presencialmente com a profissional de apoio de crianças com necessidades educacionais especiais, as questões foram todas gravadas e posteriormente as transcrevi para minha pesquisa.

Também utilizamos o instrumento *questionário* misto, contendo questões abertas e fechadas que é uma técnica de investigação, que pode ser composto por um número variado de questões, vai depender de quem irá aplicar o questionário, e principalmente do assunto que será discutido, pois alguns podem ser compreendidos facilmente, outros necessitam de um número maior para se aprofundar no assunto. Sem contar que o entrevistado terá um pouco mais de tempo para poder responder com mais tranquilidade, tendo a liberdade de pensar melhor a respeito podendo expressar suas opiniões, especialmente se tiver alguma que venha desagradar a terceiros.

#### 4.5 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

A análise de dados é um processo no qual se busca obter informações precisas e relevantes a partir de dados quantitativos e qualitativos sobre determinado assunto, podendo dessa forma confirmar ou refutar hipóteses sobre algum aspecto específico, ou até mesmo identificar soluções para determinados problemas.

A análise de dados é feita através de uma coleta de informações acerca da temática que será trabalhada, no qual ajudará na tomada de decisões e, principalmente na implementação dos planejamentos das ações para que possamos alcançar os resultados necessários e precisos para a pesquisa.

Podemos considerar tal ritmo de análise como um ciclo de pesquisa, pois, o mesmo acaba sendo um processo de trabalho no qual sempre tem iniciativa por um determinado problema ou simplesmente por uma pergunta que buscamos ter melhor conhecimento acerca de um assunto específico e que pode ser determinada como um eixo temático e principal capaz de dar outros sentidos e origem a novos questionamentos/interrogações.

Após a realização da coleta de dados, o próximo passo da pesquisa é a de análise e interpretação dos dados coletados. Diante disso, percebemos estes dois métodos de processos, que são interligados apesar de serem conceitualmente distintos. Segundo Gil (1999):

A análise tem como objetivo organizar e sumariar os dados de tal forma que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação. Já a interpretação tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos (GIL, 1999, p. 168).

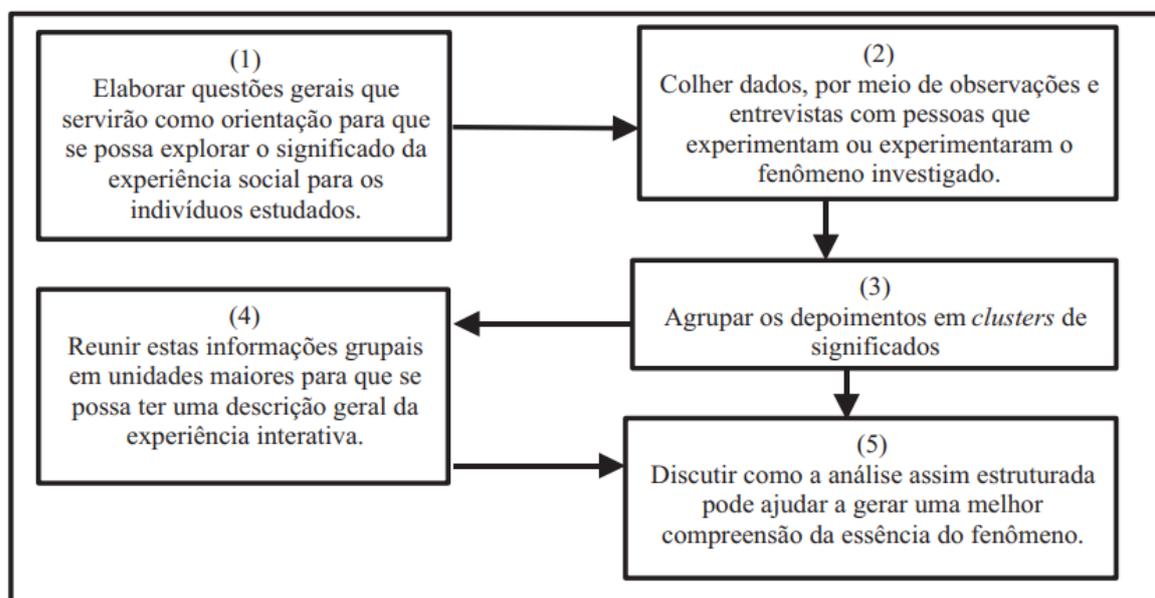
Contudo, percebemos o quanto é importante a análise de dados, pois é através desse processo de coleta de informações que alcançamos os resultados necessários para a pesquisa, salientamos ainda, que esta formação só é possível quando consolidamos, limitamos e buscamos interpretar o que o entrevistado disse e principalmente, com base no que o pesquisador viu e leu durante toda sua pesquisa.

Com isso, Texeira (2003) destaca:

[...]o processo de formação de significado. A análise dos dados é um processo complexo que envolve retrocessos entre dados pouco concretos e conceitos abstratos, entre raciocínio indutivo e dedutivo, entre descrição e interpretação. Estes significados ou entendimentos constituem a constatação de um estudo. (TEXEIRA, 2003, p. 191-192).

A partir do que vem sendo discutido, é extremamente importante trazer alguns elementos que abordem e exemplifiquem melhor sobre os passos necessários para obter uma coleta de informações claras e objetivas, e principalmente como será o tratamento desses dados. Desta forma, é importante trazer um quadro que foi elaborado por Texeira (2003, p. 193), que orienta de maneira simples e objetiva o passo a passo da finalidade e de como realizar uma coleta de maneira simplificada.

**Fluxograma 1 - Passos para a coleta e o tratamento dos dados.**



Fonte: Carvalho e Vergara, 2002, p. 84.

De acordo, com este quadro podemos ter noção do que precisamos para a elaboração de uma coleta de dados, pois o mesmo nos mostra alguns instrumentos que podemos utilizar para conseguir obter bons resultados na pesquisa, e como podemos dar os primeiros passos e mostrar quais são os próximos passos que devemos seguir para alcançar uma análise concreta acerca da temática que está sendo pesquisada.

As análises dos dados foram feitas através de técnicas de análises para a organização e tratamento dos dados, a partir da análise de conteúdo.

Segundo Bardin (2011), o termo análise de conteúdo é:

(...) um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2011, p. 47).

Assim, Bardin (2011) presume três fases fundamentais para serem utilizadas na análise de conteúdo: *pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados – a inferência e a interpretação*.

Dessa forma, trabalharemos inicialmente com a *Pré-Análise* que é a primeira etapa da organização da Análise de Conteúdo, através dela é que o pesquisador pode começar a preparar e organizar seu material que tornará útil a pesquisa. É importante sistematizar todas as ideias iniciais/preliminares, com base nas quatro etapas de Bardin: a leitura flutuante; escolha dos documentos; reformulações de objetivos e hipóteses e a formulação de indicadores, as quais nos darão fim à preparação do material como um todo (BARDIN, 2004).

Em seguida, a segunda etapa que é a *exploração do material* que visa trabalhar a questão da criação das categorias, tendo como finalidade a categorização ou codificação no estudo. Nesta fase, a descrição analítica vem a enaltecer o estudo aprofundado, orientado pelas hipóteses e referenciais teóricos (MOZZATO; GRZYBOVSKI, 2011).

Sendo assim, percebemos que a definição das categorias se classifica, a partir dos elementos característicos de uma analogia expressiva e bastante significativa na pesquisa, ou seja, das categorias. Contudo, Bardin destaca: “a repetição de palavras e/ou termos pode ser a estratégia adotada no processo de codificação para serem criadas as unidades de registro e, posteriormente, categorias de análise iniciais” (BARDIN, 2010).

Por fim, a terceira etapa é o tratamento *dos resultados* que discute sobre a interpretação dos resultados, ou seja, esta etapa é destinada para compreender e buscar

significação das mensagens, como forma de interpretar através ou juntamente com a primeira mensagem/resposta do entrevistado, é um momento de refletir acerca da análise realizada. Com isso, nesta fase, o tratamento dos resultados tem a finalidade de constituir e captar os conteúdos contidos em todo o material coletado por meio dos instrumentos (FOSSÁ, 2013). Esta fase é a “operação lógica, pela qual se admite uma proposição em virtude da sua ligação com outras proposições já aceitas como verdadeiras” (BARDIN, 2010, p. 41).

É considerando estas três fases que pretendemos analisar os dados coletados pela profissional de apoio de crianças com necessidades educacionais especiais, a partir da entrevista e do questionário que serão realizados com a mesma, para que possamos ter uma análise mais concreta acerca da importância do profissional de apoio para o ensino-aprendizagem de crianças com necessidades educacionais especiais.

Contudo, buscamos conhecer e entender melhor o trabalho desempenhado pela profissional de apoio nas turmas que possuem crianças com necessidades educacionais especiais, tanto através de pesquisas realizadas, quanto em conversa com a própria profissional de apoio da escola, entrevista e questionário com a mesma, infelizmente não consegui acompanhar a mesma em sala de aula, já que o foco seria esta Escola do Campo, mas conseguimos ter uma conversa inicial na escola, onde fiz os registros do ambiente escolar e coletei alguns dados da escola.

## **5 O TRABALHO DO PROFISSIONAL DE APOIO DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS EM UMA ESCOLA DO CAMPO: O QUE DIZEM OS DADOS DA PESQUISA**

Ao longo de conversas com a profissional de apoio da Escola Benícia no campo de estudo, em busca de ter um conhecimento amplo acerca do trabalho desenvolvido pelo profissional de apoio nas turmas que possuem crianças com necessidades educacionais especiais, foram escolhidos o método da entrevista e questionário como instrumentos para coleta dos dados. Inicialmente selecionamos questões satisfatórias e objetivas, a entrevista com questões bem simples e objetivas, e o método questionário contendo questões abertas e fechadas para que a profissional de apoio conseguisse expressar-se melhor.

Apesar, do termo cuidador escolar hoje em dia, ser o mais utilizado nas unidades escolares para nos referirmos a esses profissionais, a mais recente lei, que discute sobre a educação inclusiva, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (2015), visa em sua terminologia o termo “profissional de apoio escolar” como podemos tomar conhecimento através do (art. 3, inc. XIII):

Profissional de apoio escolar: pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas (BRASIL, 2015).

A partir dos encontros, conversas, aplicação da entrevista e questionário com a profissional de apoio, percebe-se que a mesma deveria ter curso de formação acerca das leis que amparam e dão suporte às crianças com necessidades educacionais especiais, pois em alguns momentos acaba sendo necessário está se reinventando e buscando novos meios para conseguir auxiliar os alunos, e a mesma acaba sentindo a necessidade de ter conhecimento amplo de como lidar com estes alunos.

Partindo disso, fizemos algumas perguntas à profissional de apoio relacionada à:

- a) Caracterização de sua formação enquanto profissional de apoio: a seguir apresentamos a síntese das perguntas e respostas obtidas na etapa de caracterização da formação da profissional de apoio.

**Perguntamos se a profissional de apoio fez algum curso de formação para o atendimento de alunos com necessidades especiais?**

“Sim. Curso de libras, palestras sobre educação especial e outras formações.”

Em sequência **perguntamos se a profissional de apoio considera os professores do ensino regular, são formados ou têm alguma formação para dar aulas para alunos com necessidades especiais em turmas inclusivas**, a resposta foi:

“Não. Os professores em si não têm formação específica para dar aula para alunos com necessidades, mas todos dão o seu melhor para conseguir adaptar as atividades e conseguir contribuir no ensino-aprendizagem das crianças, tendo um cuidado a mais na preparação do conteúdo que será trabalhado na sala de aula.”

**Perguntamos ainda se foi oferecido a você em algum momento mais algum curso de formação para o atendimento de alunos com necessidades especiais, em turmas inclusivas**, e ela respondeu:

“Sim. Palestras.”

Em seguida, **perguntamos se na sua opinião deveria ser oferecido mais cursos de formação**, sua resposta foi:

“Sim, para que assim, ficasse por dentro das especificidades e ter um conhecimento melhor acerca da realidade do aluno, pois não é fácil desempenhar este papel sem uma orientação que vise à melhoria do aprendizado desses alunos, todos os dias são novos desafios que enfrentamos, e se nos fosse oferecido mais momentos de formação, nos ajudava a conhecer as particularidades de cada aluno, o que cada um necessita mais, pra conseguir obter melhores resultados a cada dia. Estes momentos de formação seria bom, inclusive para os próprios pais, para a escola em geral.”

Adiante, **perguntamos se a profissional de apoio ouviu falar ou tem algum conhecimento acerca da Resolução 2/2001 do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica e que normatiza o processo de inclusão educacional no Brasil**, a mesma respondeu que:

“Sim.”

**Perguntamos ainda, se a profissional de apoio se considera formada para atender os alunos com necessidades especiais em turmas inclusivas**, e a resposta foi à seguinte:

“Sim. Pelas formações e experiências que tenho, pois são mais 6 anos que venho acompanhando e ajudando no desenvolvimento e aprendizagem destas crianças, levo muito em consideração os anos de atuação nas salas aula e as experiências adquiridas ao longo deste tempo.”

**Seguimos perguntando a quantidade de alunos com necessidades especiais na escola**, a mesma respondeu:

“Apenas dois alunos agora.”

Finalizando esta parte, **perguntamos qual seu conhecimento a respeito das leis de apoio e amparo ao aluno com necessidades especiais**, a resposta foi à seguinte:

“Tenho um conhecimento básico e necessário acerca das leis que apoiam e amparam esses alunos, pois sei que estas crianças têm direito de ter um acompanhamento com especialistas no seu caso, meus alunos tem assistência médica, e estou sempre em busca de novos conhecimentos para melhor atendê-los.”

De acordo, com as pesquisas realizadas, com os dados da pesquisa e ainda, conversas com a própria profissional de apoio da Escola acerca desta temática, percebe-se que a formação do profissional de apoio é mínima, e muitas vezes nem chegam a ser exigidas, para

que os mesmos possam atuar nas salas de aula com estes alunos, onde deveria ser exigido de certa forma, uma formação pedagógica específica para estes profissionais atuarem e poderem conhecer melhor sobre a especificidade de cada estudante. Mas de acordo com a fala da profissional de apoio em um dos instrumentos de pesquisa, a mesma destaca que se sente preparada para seu trabalho, a partir das palestras que participou, e principalmente por conta dos anos de experiências em sala de aula.

Mesmo que não fosse exigida uma formação específica para estes profissionais de apoio, deveriam ser ofertados mais momentos de capacitação, abordando sobre a especificidade de cada aluno, ajudando não só a profissional de apoio, como também o próprio aluno, pois a profissional de apoio tendo conhecimento sobre o estudante, a mesma poderia buscar outros meios para ajudar no desenvolvimento da criança.

O papel do profissional de apoio é de certa forma “desvalorizada”, pois, deveria ser investido mais na formação deste profissional, assim como a profissional de apoio destacou em sua fala “muitas vezes pesquiso palestras sobre esta temática para conseguir compreender mais sobre os avanços, para que, assim, consiga ajudar ainda mais os meus alunos”. De acordo com as leis que amparam e asseguram essas crianças nas escolas, deveriam ofertar mais capacitações para que os profissionais de apoio ficassem por dentro das demandas e atualizados quanto às especificidades de cada aluno e ajudasse esse profissional ficar ainda mais seguro quanto o desenvolvimento do seu papel em sala de aula.

Diante disso, percebemos que a própria Política prevê a necessidade da formação em Educação Especial e Inclusiva para os professores do ensino regular, mas não estabelece esta mesma obrigatoriedade para os profissionais de apoio às crianças com necessidades educacionais especiais, pois, como sabemos estes profissionais precisam de conhecimento amplo acerca das diversidades que encontraram na sala de aula, ou seja, a Política deveria prevê a necessidade da formação para os profissionais de apoio já que os mesmos também estarão tendo contato direto com estes alunos, e mais ainda por ajudá-los no seu ensino-aprendizagem e desenvolvimento.

b) Mapeamento das estratégias de trabalho do profissional de apoio com as crianças;

Podemos citar novamente a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (ONU, 2006), que foi incorporada a Constituição Federal por meio do decreto nº 6.949/2009, para melhor explicar sobre as estratégias de trabalho do profissional de apoio com as crianças com necessidades educacionais especiais, através da norma técnica que organiza e oferta os serviços desses profissionais de apoio, destacamos assim, os seguintes aspectos:

- Os profissionais de apoio prestam serviços às atividades de locomoção, higiene, alimentação e prestam serviços de auxílio individualizado aos estudantes.
- O profissional de apoio tem sua demanda justificada quando seu público alvo não tiver um atendimento adequado, conforme o atendimento realizado aos demais alunos.
- Não é atribuído a este profissional desenvolver atividades educacionais diferenciadas e nem se responsabilizar por seu ensino.
- O profissional de apoio deve atuar em conjunto de forma articulada com o professor, seja em sala comum ou sala de recurso multifuncional, dentre os demais profissionais da escola. (BRASIL, 2009).

Com base no que vem sendo discutido, percebemos o quanto é importante a presença desses profissionais de apoio nas salas de aula, para as crianças com necessidades educacionais especiais, pois são eles quem dão todo apoio e suporte a esses alunos e ajudam no seu desenvolvimento, melhorando desta forma, a qualidade de vida deles estudantes. A partir das informações obtidas, demos seguimento às questões agora relacionadas às estratégias de trabalho do profissional de apoio com as crianças, como podemos observar no extrato a seguir:

**Como é trabalhar com alunos com necessidades especiais**, a resposta foi à seguinte:

“É um grande desafio porque cada criança é um caso diferente, alguns precisam de uma atenção especial quanto à compreensão da atividade, outra já demanda de atenção em outra coisa, mas é um trabalho bastante prazeroso, e que precisa de muita atenção e de afeto para que os alunos sintam certa segurança com relação ao profissional de apoio.”

Em seguida, **perguntamos a profissional de apoio, se além de acompanhar o desenvolvimento da criança em sala de aula, desenvolve mais alguma função**, a resposta foi à seguinte:

“Sim, dou aulas de reforço para as demais crianças que estão com o nível baixo na leitura.”

Adiante **perguntamos quais as estratégias utilizadas em sala de aula para que os alunos com necessidades especiais possam acompanhar e interagir nas atividades**, a profissional de apoio respondeu:

“Que eles sejam tratados da mesma forma que os demais, deixando-os participar de todas as atividades que são desenvolvidas na sala de aula, e nunca os excluindo de nada, caso o aluno não chegue a compreender determinada atividade, tanto o professor quanto a profissional de apoio, continua explicando o conteúdo, e ainda assim, caso o aluno não compreenda utilizamos um objeto como forma de facilitar o entendimento da atividade, ou seja, utilizando um objeto visível como, por exemplo, na aula de matemática e é dia de aprender o número 5, pegávamos cinco palitos de picolé ou cinco tampinhas de garrafas e mostrávamos que aquela quantidade de objetos representava o número 5.”

**Perguntamos ainda, ela como profissional de apoio como define o aluno com necessidades especiais**, ela respondeu o seguinte:

“Uma pessoa que necessita de bastantes cuidados, e que merecem receber todo carinho para que as mesmas sintam segurança no espaço escolar.”

Continuamos, **como profissional de apoio, você sente a necessidade de ter um melhor conhecimento acerca de quem é o aluno com necessidade especial e das leis que amparam e dão suporte para que os mesmos possam frequentar o ensino regular**, a resposta foi à seguinte:

“Sim. É sempre bom estar em busca de novos conhecimentos, para poder oferecer um melhor ensino aprendizagem e suporte para estes alunos, acredito que outros profissionais de apoio também sentem a necessidade de serem melhores capacitados para trabalhar com estas crianças, pois são nos oferecido um conhecimento básico e geral com relação a especificidades dos estudantes.”

Em seguida, **perguntamos como profissional de apoio como você define o trabalho do profissional de apoio**, a mesma respondeu o seguinte:

“Como um grande desafio, pois cada dia é um desafio diferente, precisa se reinventar e buscar mais conhecimento para está oferecendo aos alunos, é uma profissão prazerosa, pois vai está participante de certa forma da rotina dos estudantes, passando confiança para os mesmos, assim, como também recebendo a segurança e a confiança deles, um investimento de troca de cuidado e carinho.”

Pra finalizar esse ponto, **perguntamos se ela enquanto profissional de apoio acredita que os profissionais de apoio deveriam ser melhores valorizados e por que**, a resposta foi à seguinte:

“Sim. Porque é um trabalho muito importante, é preciso ter bastante jogo de cintura, e principalmente, buscar instrumentos e conhecimentos para oferecer aos alunos, nós profissionais de apoio deveríamos ser melhores vistos, por desempenharmos um papel tão importante na vida dos alunos.”

A partir do exposto, percebe-se que a profissional de apoio exerce um papel ativo pedagógico acerca das adaptações das atividades desenvolvidas em sala de aula, mais um fator bastante relevante e que deve ser levado em consideração e destacar sobre este profissional, que muitas vezes não é percebido, nem chega a ser valorizado como deveriam, pois estes profissionais e o corpo docente conseguem trabalhar de forma integrada, facilitando, e até mesmo ajudando no desenvolvimento dessas crianças com necessidades educacionais especiais.

Além de acompanhar o ensino aprendizagem destas crianças na sala de aula, a profissional de apoio auxilia na locomoção do aluno com deficiência física, a mesma dá aula de reforço para demais alunos que tem um nível baixo de leitura e escrita, as técnicas utilizadas ajudam bastante nas aprendizagens dos alunos, pois os mesmos tiveram um melhor desempenho quanto ao ensino, principalmente, relacionada ao componente curricular de Educação Física, onde estes estudantes se sentem mais a vontade para interagir com os demais colegas da turma, as aulas são adaptadas para que todos possam participar, a profissional de apoio relatou uma de suas experiências vivenciada no ano de 2021 de uma criança que é cadeirante não consegue jogar futebol, mas tanto ela quanto o professor levam uma bexiga na qual ficam brincando com a aluna.

As atividades desenvolvidas pela profissional de apoio na sala de aula são apenas de acompanhar e conciliar o aluno com necessidades educacionais especiais, nas atividades didáticas levadas pelos professores, buscando relacionar o conteúdo com coisas que o aluno goste, como por exemplo, se o aluno gosta mais de desenhar, a mesma, adapta e transforma a

atividade deixando-a ainda mais dinâmica para chamar a atenção do aluno, para que o mesmo se interesse pelo conteúdo que será trabalhado na sala de aula, desta forma, o aluno toma gosto pela atividade e consegue acompanhar as atividades e tem melhor desempenho nas aulas.

Vale destacar a forma que a profissional de apoio define o seu trabalho, já que em um dos instrumentos de pesquisa a mesma fala que mesmo sendo um desafio diário, chega a ser prazeroso, por estar compartilhando conhecimentos e participando de maneira ativa na vida destas crianças, principalmente, quando ela fala da confiança, carinho e o cuidado que os mesmos sentem por ela, que dinheiro nenhum no mundo paga essa troca de afeto, e a felicidade que os mesmos demonstram quando a vê fora do ambiente escolar.

c) Identificar aproximações do trabalho desenvolvido pelo profissional de apoio com a Educação do Campo a partir dos princípios da Educação Contextualizada.

De acordo com Barbosa (2005) podemos trazer um pouco da importância que é trabalhar a história local dos estudantes na sala de aula, possibilitando os mesmos a conhecerem a história e as contribuições existentes de onde vivem.

O contributo da história local possui grande valia no sentido de permitir aos alunos uma compreensão das relações sociais estabelecidas o mais próximo possível da realidade. Assim, tratar-se-á de apresentar a história cotidiana através de várias formas, que incluem a utilização de fontes que estão disponíveis localmente como a literatura cordel, canções e poemas, fotografias, patrimônio histórico material e imaterial, documentos de arquivo, testemunhos orais e entre outros.

A partir disso, percebemos que estes profissionais da educação contribuem imensamente para o futuro destes alunos, pois ensinar não é simplesmente transmitir os conteúdos que ensinam, mas construir um universo de oportunidades e amplo conhecimento, através dos seus ensinamentos e da diversidade de conteúdos desenvolvidos e expostos em sala de aula.

Pensando nisso, as próximas perguntas foram referentes às aproximações desenvolvidas pela profissional de apoio com a Educação do Campo a partir de princípios da Educação Contextualizada, como exposto a seguir:

Iniciamos perguntando **se os alunos com necessidades especiais são atendidos em turmas específicas**, a resposta foi à seguinte:

“Sim. Apenas um dia por semana com a professora do AEE cada aluno tem um tempo de 2hrs com a professora, após esse tempo eles retornam para a sala de aula de ensino regular, nos demais dias os alunos estudam normalmente em classes inclusivas.”

**Perguntamos ainda se a profissional de apoio gosta de trabalhar com alunos com necessidades especiais incluídos em classes comuns**, ela respondeu o seguinte:

“Sim. Porque eles precisam socializar uns com os outros, pois acredito que assim, eles aprendam mais, a partir de conversas com os demais colegas de turma, se fosse em turmas específicas eles não teriam um conhecimento diversificado quanto nas classes comuns.”

Seguimos perguntando, **de acordo com sua experiência em sala de aula, com alunos com necessidades especiais, você acredita que os mesmos poderiam ser melhor atendidos em turmas específicas, no caso, que trabalhem apenas com a Educação Especial Adaptada**, a resposta foi à seguinte:

“Sim, por um lado, pois talvez eles focassem especificamente de acordo com a necessidade de cada estudante, mas prefiro que eles sejam atendidos na sala de aula regular, pois assim, eles têm um melhor conhecimento e conseguem se desenvolver melhor a cada dia, tendo contato com demais estudantes independente de suas especificidades.”

Pra finalizar esse ponto, perguntamos para a profissional de apoio, **em sua opinião o aluno com necessidade especial, que não participa das aulas do componente curricular de Educação Física vem a ser prejudicado de alguma forma, em relação ao seu desenvolvimento motor, social, cognitivo e emocional**, a resposta foi a seguinte:

“Sim, porque o mesmo vai estar deixando de participar de uma aula dinâmica e que visa incluir ainda mais os mesmos com os demais alunos da turma, principalmente, uma atividade que ajuda no seu desenvolvimento de maneira geral, essa disciplina ajuda muito o aluno a se relacionar com os outros alunos, na questão do seu próprio emocional, então é muito importante que o professor e o profissional de apoio incentivem estes alunos a participarem das aulas, caso um aluno não possa participar de determinada atividade, faz uma adaptação para que todos sintam-se incluídos e participem de todas as atividades trabalhadas na disciplina.”

Fizemos também algumas perguntas referentes às atividades desenvolvidas na sala de aula, iniciamos perguntando a profissional de apoio, **em sua opinião, você acredita que as atividades trabalhadas em sala de aulas no ensino regular, são apropriadas para os alunos com necessidades especiais**, a resposta foi à seguinte:

“Sim. Pois eles têm atividades adaptadas dentro dos conteúdos de cada disciplina, cada professor já leva as atividades adaptadas de cada aula, e eu acompanho e auxilio na realização da atividade do aluno.”

**Perguntamos ainda se a profissional de apoio considera as atividades que são desenvolvidas em sala de aula, adaptadas para os alunos com necessidades especiais ou é necessário às vezes buscar algum outro recurso para facilitar o entendimento do aluno (pesquisas em livros, internet, revistas.....)**, a resposta foi a seguinte:

“São todas adaptadas.”

Para finalizarmos este ponto, **perguntamos se a profissional de apoio em algum momento chegou a se perguntar o motivo dos alunos com necessidades especiais frequentarem o ensino regular juntamente com os demais alunos**, a resposta foi a seguinte:

“Não. Pois sempre acreditei na capacidade de eles conseguirem acompanhar e desenvolver as atividades estando incluídos com os demais alunos.”

Sobre os *dados sociopedagógicos* **perguntamos a profissional de apoio em quais turmas/disciplinas ela está acompanhando os alunos**, a mesma respondeu que:

“Nas turmas do Infantil 5 e no 5º ano B, acompanho os alunos em todas as disciplinas”

Sobre questões mais relacionadas à *Educação do Campo*, perguntamos a profissional de apoio **qual o seu conhecimento a respeito da Educação do Campo**, a resposta foi à seguinte:

“Considero ter um conhecimento vasto a respeito da Educação do Campo, por participar de momentos que discutem sobre esta temática, e principalmente por residir na Zona Rural, sem contar que as propostas curriculares da escola são pensadas a partir do meio em que os estudantes residem, fazendo com que eles busquem valorizar os espaços do campo, busquem estratégias para melhor garantir o desenvolvimento sustentável da mesma, entre outras coisas.”

Em seguida, perguntamos **se a mesma acha importante discutir e trabalhar com os alunos questões relacionadas à Educação do Campo**, a resposta foi à seguinte:

“Sim, é importante mostrar aos alunos desde cedo as oportunidades e as especificidades que o campo nos proporciona, para que os mesmos saibam valorizar o lugar onde vivem, pois como sabemos e vemos às vezes nos jornais e até mesmo nos livros, só é mostrada a parte da seca quando discutem sobre a região do Nordeste, quando na verdade o lugar em si tem possibilidades e belezas a serem mostradas e valorizadas pelos próprios sujeitos do campo.”

Perguntamos ainda, **se são trabalhadas as especificidades da Educação do Campo com os alunos**, a resposta foi à seguinte:

“Sim, buscamos trabalhar com os alunos a sua cultura, a realidade regional de onde residem, passando para eles a importância de conhecerem os pontos turísticos da comunidade, os artistas e buscarem conhecer as belezas do próprio lugar.”

E por fim, perguntamos, **se as atividades são contextualizadas com a Educação do Campo**, a resposta foi à seguinte:

“Sim, buscamos conciliar as atividades dos livros didáticos com a realidade dos estudantes, relacionando e adaptando os elementos e lugares que podem ser encontrados no campo, por exemplo, se for para trabalhar sobre o gênero da música, pedimos pra eles falarem os artistas que mais gostam e os artistas regionais e discutir um pouco sobre os mesmos, no dia do índio além das atividades desempenhadas na sala de aula, também levamos os alunos para a Pedra dos Índios, discutimos sobre a história dos índios, sobre os desenhos rupestres que tem nas pedras, pedimos pra eles destacarem o que mais chamou atenção no momento de intervenção, da aula em campo.”

Em conversa informal com a profissional de apoio, logo após a entrevista realizada com a mesma, obtive algumas informações valiosas sobre o papel desempenhado pelos professores e pela profissional de apoio que valeria a pena citar no trabalho, como acontecem algumas aulas, como por exemplo, nas aulas de Matemática e Ciência, estes profissionais, levam frutas da região para trabalhar nas aulas como forma de contextualizar e facilitar o entendimento do aluno, para que o mesmo possa compreender o conteúdo de maneira mais dinâmica com alimentos ou objetos de conhecimento do estudante, nas aulas de português a professora leva o aluno para um momento mais ao ar livre embaixo do pé de umbuzeiro, após retornarem para a sala de aula, trabalha com as mesmas histórias em quadrinhos acerca do que viram, dentre outros meios que utilizam a partir desses momentos.

Os momentos de aula de campo e contextualização dos conteúdos trabalhados com os alunos do infantil 5 são poucos, por os mesmos serem pequenos, mas sempre que tem algum

conteúdo que vêem a possibilidade de adaptar com o contexto do campo, os professores e a profissional de apoio adaptam para que os alunos sintam-se motivados a querer conhecer mais em relação aos conteúdos do lugar onde vivem.

Percebe-se ainda que para que haja a inclusão de fato desses alunos com necessidades especiais, é necessário a oferta de ambas modalidades de atendimento, tanto a especializada como a regular, pois as duas são bem importantes e ajudam no desenvolvimento dos mesmos, a partir das particularidades de cada modalidade, como a profissional de apoio destaca em um dos instrumentos de pesquisa, que estes estudantes sendo atendidos em turmas específicas e que trabalhassem exclusivamente com a Educação Especial Adaptada focariam mais a respeito das especificidades de cada um, e enquanto a modalidade regular os alunos tem um engajamento diversificado em relação aos conhecimentos e conseguem se desenvolverem melhor a cada dia, por estarem tendo contato com os demais estudantes em geral independente de suas especificidades.

Os alunos com necessidades especiais são atendidos uma vez por semana por uma professora do AEE, onde cada aluno passa 2hrs de atendimento específico com a mesma, mas acredito que apenas essas 2hrs não são suficientes para atender de fato esses alunos, pois como sabemos precisa-se de mais tempo para trabalhar as particularidades de cada um, mas esse pouco tempo contribui imensamente para o ensino-aprendizagem destas crianças, por ser um atendimento especializado e voltado para a especificidade de cada.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em consideração as pesquisas realizadas acerca da importância do profissional de apoio para o acompanhamento do ensino-aprendizagem de crianças especiais em uma escola do campo, percebemos que estudos recentes discutem sobre os aspectos do contexto educacional e, principalmente, o trabalho desenvolvido pelo profissional de apoio, configurando-se assim, uma temática ampla, repleta de significados e complexa, diante disso, as considerações apresentadas neste estudo visam instigar as discussões existentes sobre estas questões, além, de buscar compreender e acentuar as características distintas existentes no trabalho do profissional de apoio.

A partir disso, percebe-se o quanto é indispensável à presença de um profissional de apoio nas turmas que possuem crianças com necessidades educacionais especiais, pois, estes alunos precisam de uma melhor atenção para que os mesmos consigam acompanhar as atividades que são desenvolvidas em sala de aula, neste sentido, o profissional de apoio é essencial no desenvolvimento e aprendizagem dessas crianças, por desempenhar um papel tão importante como esse, além de acompanhar estes alunos no seu ensino-aprendizagem, muitas vezes com a locomoção de algum aluno com deficiência física, ainda os estimulam a interagir com os demais alunos da turma, como também chegam a buscar outros meios e recursos para que possam compreender as atividades de maneira simples e alusiva.

De acordo com o que foi visto no decorrer desta pesquisa, tivemos a oportunidade de tomar conhecimento das especificidades do trabalho desenvolvido pela profissional de apoio nas turmas que possuem crianças com necessidades educacionais especiais na Escola da Benícia, sobre a caracterização da formação da profissional de apoio; mapeamento das estratégias de trabalho da profissional de apoio com as crianças, e identificar as aproximações do trabalho desenvolvido pela profissional de apoio com a Educação do Campo a partir dos princípios da Educação Contextualizada.

O trabalho discute a importância do profissional de apoio nas turmas que possuem crianças com necessidades educacionais especiais, pois, mesmo com as leis que asseguram estas crianças nas escolas, sabemos que muitas vezes não chegam a ser apropriadas para as mesmas, com isso os profissionais de apoio e professores têm que se reinventarem todos os dias para conseguir dar o apoio necessário para essas crianças, onde deveria ser um lugar mais acessível e adequado para estes alunos para que assim pudessem ter melhor aproveitamento da aprendizagem e se desenvolverem com mais facilidade.

Podemos destacar ainda, acerca da formação destes profissionais de apoio escolar (profissionais de apoio), pois como sabemos deveria ter mais momentos de formações para estes profissionais de apoio, assim como a profissional de apoio da Escola Benícia destacou em um dos instrumentos de pesquisa, que participou de algumas formações, mas a escola em si, deveria oferecer e ofertar outros momentos como estes, por esse trabalho exigir cuidados maiores com esses alunos, e principalmente para que os mesmos ficassem por dentro dos avanços que acontecem diariamente, a respeito desta temática.

A profissional de apoio além de acompanhar os alunos com necessidades especiais nas salas de aula e ajudar no seu ensino-aprendizagem e desenvolvimento, desenvolve outros papéis na escola, dando aulas de reforço para crianças que estão com um nível “baixo” de leitura, levando em consideração a idade e a turma que a mesma está inserida. Todas estas atividades são desenvolvidas no mesmo turno de trabalho, a mesma relatou que não interfere no ensino aprendizagem destas crianças, pois conciliam os horários para que os mesmos não venham ser prejudicados, enquanto ela está dando aula de reforço para as crianças em outra sala, os alunos com necessidades especiais ficam na sala de aula juntamente com o professor regular, finalizando a aula de reforço, a mesma volta para dar o apoio necessário para as crianças com necessidades educacionais especiais.

Além das atividades serem adaptadas para que todos os alunos consigam acompanhar, compreender e aprender com facilidade os conteúdos trabalhados em sala de aula, em alguns momentos chegam a aproximar os conteúdos dos livros didáticos com a realidade dos estudantes, relacionando com os espaços do campo, levando em consideração os princípios da Educação Contextualizada, levando estes alunos para conhecerem os pontos turísticos da comunidade e abordando sobre a origem e história da própria comunidade.

Ainda, e não menos importante, os conhecimentos adquiridos com relação a essa temática no decorrer da realização deste trabalho, pois os mesmos contribuíram imensamente para minha aprendizagem, através de cada pesquisa realizada, elaboração de entrevista, questionário, ida a escola, e as conversas com a profissional de apoio, esses fatores influenciaram para o meu crescimento, enquanto estudante da licenciatura e, principalmente para a concretização desta pesquisa de maneira positiva, pois através da mesma tive a oportunidade de conhecer de forma minuciosa essa temática que me despertou certa curiosidade em querer saber como se dá o trabalho do profissional de apoio nas turmas que possuem crianças com necessidades educacionais especiais.

O trabalho desenvolvido pelo profissional de apoio é impressionante, não foi à toa que me encantei por esta temática, ao longo das pesquisas para a elaboração deste trabalho,

percebi que o trabalho do profissional de apoio de crianças com necessidades educacionais especiais é ainda mais importante do que eu imaginava, principalmente nos momentos de conversa inicialmente com a profissional de apoio da escola, quando ela fala do amor que sente pelas crianças, e o quanto é gratificante receber o amor e carinho delas de volta, sem contar, poder acompanhar o crescimento e aprendizagem dessas crianças, pois as mesmas sentem-se seguras e confortáveis com o apoio da profissional de apoio.

Pois já são seis anos como profissional de apoio, e o mais importante na mesma unidade escolar, quando os alunos saem do ensino infantil, continuam mantendo contato e sendo acompanhados por esta profissional de apoio, por a mesma trabalhar no ensino fundamental I, fazendo com que os mesmos criem um vínculo ainda mais forte, sem contar que já tem um laço afetivo e que isso contribui imensamente para a segurança, conforto e aprendizagem dessas crianças dentro do ambiente escolar.

Por fim, algumas dificuldades encontradas no decorrer desta pesquisa, inicialmente foram relacionadas ao contexto de pandemia que vivenciamos, pois acabou atrasando com a questão do modo remoto, a quantidade de disciplinas foram reduzidas, fazendo com que ficasse inviável concluir este trabalho no tempo que tinha previsto, mas que com o percorrer desta caminhada, percebi que ainda tinha muito que aprender antes de chegar nesta reta final, em seguida vieram questões relacionadas a problemas de saúde na família que me abalaram e fizeram com que me afastasse por um tempo da escrita da pesquisa, entre tantos obstáculos que surgiram no decorrer desta trajetória. Mas percebi que todos estes momentos seriam necessários e que fariam com que esta pesquisa se tornasse ainda mais proveitosa, porque foi através destas dificuldades que percebi o quanto aprendemos, nos tornamos mais fortes, e continuamos persistindo para ir mais além a cada dia.

## REFERÊNCIAS

- ALENTEJANO, P. **Políticas Públicas**. In: CALDART, R. S. PEREIRA, I. B. ALENTEJANO, P. FRIGOTTO, G (Org.). Dicionário da educação do campo, 1ª Ed. Rio de Janeiro: São Paulo: Escola Politécnica Saúde Joaquim Venâncio: Expressão Popular, 2012a, v. 1, p.355-360.
- ALMEIDA, M. A.; OMOTE; S. (Orgs.) **Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial**. Londrina: eduel, 2003.
- BARBOSA, A. S.; ANDRADE, A. P. D.; JUNIOR, L. R. P.; BRUNO, R. **Estrutura Populacional e Espacial de Cereus Jamacaru DC**. Em duas áreas de Caatinga do Agreste da Paraíba, Brasil Estrutura Populacional e Espacial de Cereus Jamacaru DC. Em duas áreas do bioma 'caatinga' na Paraíba, Brasil. Março de 2017. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/315755104\\_ESTRUTURA\\_POPULACIONAL\\_E\\_ESPACIAL\\_DE\\_Cereus\\_jamacaru\\_DC\\_EM\\_DUAS\\_AREAS\\_DE\\_CAATINGA\\_DO\\_AGRESTE\\_DA\\_PARAIBA\\_BRASIL\\_POPULATIONAL\\_AND\\_SPATIAL\\_STRUCTURE\\_OF\\_Cereus\\_jamacaru\\_DC\\_IN\\_TWO\\_AREAS\\_OF\\_'CAATINGA'\\_BIOME/link/58e24d2baca272059ab4839a/download](https://www.researchgate.net/publication/315755104_ESTRUTURA_POPULACIONAL_E_ESPACIAL_DE_Cereus_jamacaru_DC_EM_DUAS_AREAS_DE_CAATINGA_DO_AGRESTE_DA_PARAIBA_BRASIL_POPULATIONAL_AND_SPATIAL_STRUCTURE_OF_Cereus_jamacaru_DC_IN_TWO_AREAS_OF_'CAATINGA'_BIOME/link/58e24d2baca272059ab4839a/download) Acesso em: 12 de dezembro de 2022.
- BARBOSA, Vilma de Lurdes. **Contribuições para pensar, fazer e ensinar a história local**. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2005, p. 243.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2010.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BRANDÃO, C. R. Borges, M. C. (2007, jan./dez.). A pesquisa participante: um momento da educação popular. **Rev. Ed. Popular**, 6(1), 51-62.
- BRASIL, **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996** – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.
- BRASIL. **Conferência Nacional de Educação** 2014. Disponível em: <http://conae.mec.gov.br/images/2014/pdf/documentos/DocumentoFinal29012015.pdf>
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil: 1988**. Brasília, 1998.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, 1891**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm). Acesso em: 21 de fevereiro de 2022.
- BRASIL. Decreto no 6.571, de 17 de setembro de 2008. **Dispõe sobre o atendimento educacional especializado**. Brasília, DF: MEC, 2008. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/decreto6571\\_08.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/decreto6571_08.pdf). Acesso em 11 de fevereiro de 2022.

BRASIL. Decreto Nº 6.949/2009 de agosto de 2009.

BRASIL. Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. **Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária-PRONERA**. 2010.

BRASIL. **Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo: educação do campo**. Brasília, 2001.

BRASIL. **Lei n. 13.146, de 06 de julho de 2015**. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/113146.htm) Acesso em: 16 de dezembro de 2022.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Poder Legislativo, Brasília-DF, 04 abr. 2013.

BRASIL. **Lei nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008**. Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Brasília, DF: MEC, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2008b.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002. **Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Brasília: MEC, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. *Resolução/CD/FNDE nº 3, de 28 de março de 2007*. Cria o **Programa Caminho da Escola**. Brasília, DF: 2007b. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/transporte-escolar/transporte-escolar-legislacao>. Acesso em: 13 nov. 2022.

CAIADO K. R. M. Educação especial nas escolas do Campo: Análise de um silêncio histórico. In: III Encontro Nacional de Pesquisa em educação do campo e I Encontro Internacional de educação do campo, 2010, Brasília. **Anais do III Encontro Nacional de Pesquisa em educação do campo e I Encontro Internacional de educação do campo**. Brasília: UnB: ISSN 1983-3865, 2010. P. 1-10.

CAIADO, K. R. M.; MELETTI, S. M. F. Educação especial na educação do campo: 20 anos de silêncio no GT 15. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 17, p. 93-104, 2011.

CALDART, R. S. **A escola do campo em movimento**. Currículo sem Fronteiras, v. 3, n. 1, jan./jun. 2003.

CALDART, R. S. *et al.* **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CAMARGO, E. P. **Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlaces e desenlaces**. Ciência & Educação (Bauru), v. 23, n. 1, p. 1-6, 2017.

CAMPOS, S. M. G.; MARTINS, R. M. L. Educação Especial: aspectos históricos e evolução conceptual. **Revista do ISPV**, Viséu, n. 34, p. 223-331, abr. 2008.

CARVALHO, J. L. F.; VERGARA, S. C. **A fenomenologia e a pesquisa dos espaços de serviços**. Revista de Administração de Empresas – RAE, v. 42, n. 3, jul./ set. 2002.

CARVALHO, Rosita Edler. **A Nova LDB e a Educação Especial**. – Rio de Janeiro: WVA, 1997. 139 P.

Centro de referências em Educação Integral. **Educação do Campo**. Glossário, 2013. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/glossario/educacao-no-campo/#:~:text=Educa%C3%A7%C3%A3o%20no%20campo%20%C3%A9%20uma,popula%C3%A7%C3%B5es%20ribeirinhas%2C%20cai%C3%A7aras%20e%20extrativistas>.

Acesso em: 20 de fevereiro de 2022.

CHIZZOTTI, Antônio. **A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios**. Revista Portuguesa de Educação, 2003, v.16, n. 2. p. 221-236.

CIDADE BRASIL. **Informações sobre o município e a prefeitura**. Monteiro. 8 de abril de 2021. Disponível em: <https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-monteiro.html#:~:text=Monteiro%20%C3%A9%20uma%20cidade%20de,km%C2%B2%20n%20terr%C3%B3rio%20do%20munic%C3%ADpio>. Acesso em 21 de novembro de 2022.

Conceito de inserção, disponível em: <https://www.significados.com.br/insercao/> Acesso em: 01 de março de 2023.

DI PIERRO, M. C.; ANDRADE, M. R. Escolarização em assentamentos no estado de São Paulo: uma análise da Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária 2004. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, v. 14, n. 41, p. 246-257, 2009.

Equipe editorial de Conceito.de. (17 de Fevereiro de 2011). Atualizado em 14 de Setembro de 2020. **Conceito de integração**. Conceito.de. <https://conceito.de/integracao>. Disponível em: <https://conceito.de/integracao>. Acesso em: 01 de março de 2023.

FARIAS, A. E. M. D. PINHEIRO, J. N. Educação para a Convivência com o Semiárido: Contribuições para o Ensino de História. **Revista Homem, Espaço e Tempo**, 2011.

FARIAS, Ana Elizabete Moreira de. **Educação contextualizada e a convivência com o semi-árido no assentamento Acauã-PB**. João Pessoa: [s.n.], 2009.

FOSSÁ, M. I. T. **Proposição de um constructo para análise da cultura de devoção nas empresas familiares e visionárias**. Tese (Doutorado em Administração). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 66º ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília: MEC, 2015.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GONÇALVES, T. G. G. L. O transporte escolar público na interface da educação especial e educação do campo. In: **III Encontro Interinstitucional de Pesquisa: Políticas públicas e escolarização de alunos com deficiência**. Florianópolis, p. 1-15, 2013.

KRAUS, Lalita. **A Educação Contextualizada no Semiárido Brasileiro:** entre desconstrução de estereótipos e construção de uma nova territorialidade. Revista de Geografia, idem (UFPE) V. 32, No. 1, 2015.

KUHN, Ernane Ribeiro. **A educação especial na educação do campo:** as configurações de uma escola da Rede Municipal de Ensino, 2017. P. 30.

LEITE, S. C. **Escola rural:** urbanização e políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 1999.

LIMA, Leidy Jane Claudino de. **Cuidadores escolares e inclusão educacional:** uma análise das políticas públicas que regulam o trabalho do cuidador na escola. Dissertação de mestrado. João Pessoa: UFPB, 2018. 218f.

LIMA, N. S.; OLIVA, D. R. S. D.; NOGUEIRA, C. S. **Inclusão de alunos com deficiência em escolas do campo:** desafios da docência em contextos multisseriados. – 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/leidy/TESE/Inclus%C3%A3o%20de%20crian%C3%A7as%20especiais%20em%20escolas%20do%20campo.pdf> Acesso em: 19 de abril de 2022.

LOPES, Lidiana Aparecida.; OLIVEIRA, Amanda N. S1. **A Criança com Necessidade Especial na Escola do Campo.** Pesquisa e Educação na Contemporaneidade, idem: Perspectivas Teórico-Methodológicas. Caruaru, 2012.

MARCOCCIA, P.C. , P. **Escolas Públicas do Campo:** indagação sobre a Educação Especial na perspectiva da Inclusão Educacional. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Tuiuti do Paraná, 2011.

MARTINS, Josemar da Silva. **Tecendo a Rede: Notícias críticas do trabalho de descolonização curricular no Semi-Árido Brasileiro e outras excedências.** 2006. p. 344. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal da Bahia.

MENEZES, Ana Célia e ARAÚJO, Lucineide Martins, Currículo, contextualização e complexidade: espaço de interlocução de diferentes saberes. In: **Currículo, contextualização e complexidade:** Elementos para se pensar a escola no Semi-Árido. Juazeiro-BA: Selo Editorial da RESAB. 2007, p. 33-47

MINETTO, Maria de Fátima. **Currículo na educação inclusiva:** entendendo esse desafio. – 2 ed. – Curitiba: Ibpex, 2008.

MOZZATO, A. R.; GRZYBOVSKI, D. Análise de Conteúdo como Técnica de Análise de Dados Qualitativos no Campo da Administração: Potencial e Desafios. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 15, n. 4, pp. 731-747, jul./ago. 2011.

OLIVEIRA, Iranilson Buriti. A zona do indeterminado: pensando autor, autoria, produção e consumo de livros didáticos. In: **O livro didático de história:** políticas educacionais, pesquisas e ensino. OLIVEIRA, M. M. D. e STAMATTO, M. I. S. (Org.). Natal: EDUFRN, 2007 a.p. 67-74.

OLIVEIRA, L. M. T.; CAMPOS, M. **Educação Rural.** In CALDART, R. S. PEREIRA, I. B. ALENTEJANO, P. FRIGOTTO, G (Org.). Dicionário da educação do campo, 1ª Ed. Rio de Janeiro: São Paulo: Escola Politécnica Saúde Joaquim Venâncio: Expressão Popular, 2012a, v. 1, p. 239-246.

PETTY, M.; TOBIN, A.; VERA, R. Uma alternativa da educação rural. In: Werthein, J.; Bordenave, J. D. (org.). **Educação rural no Terceiro Mundo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. p. 31-64.

PINTO, J. B. A educação de adultos e o desenvolvimento rural. In: Werthein, J, Bordenave, J. D. (org.). **Educação rural no Terceiro Mundo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. p. 65-102.

PSDB - Partido Social Democrático Brasileiro – Aprovado projeto de Eduardo Barbosa que propõe formação mínima para apoio escolar – 2017. Disponível em: <http://www.psdb.org.br/acompanhe/noticias/aprovado-projeto-de-eduardo-barbosa-que-propoe-formacao-minima-para-apoio-escolar/> Acesso em: 15 de março de 2022.

RABELO, L. C. C. CAIADO, K. R. M. **Educação especial em Escolas do Campo**: um estudo sobre o Sistema Municipal de Ensino de Marabá. Revista Cocar (UEPA), idem, v. 8, p. 63-71, 2014.

**Referencia autoral (APA)**: Editora Conceitos.com (set. 2014). **Conceito de Interação**. Em <https://conceitos.com/interacao/>. São Paulo, Brasil. Acesso em: 01 de março de 2023.

Resolução Nº 2, de 11 de setembro de 2001. **Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: CNE/CEB, 2001.

RIBEIRO, M. **Educação Rural**. In: CALDART, R. S. PEREIRA, I. B. ALENTEJANO, P. FRIGOTTO, G (Org.). Dicionário da educação do campo, 1ª Ed. Rio de Janeiro: São Paulo: Escola Politécnica Saúde Joaquim Venâncio: Expressão Popular, 2012a, v. 1, p.295-301.

ROGALSKI, S. M. Histórico do surgimento da educação especial. Instituto de Desenvolvimento Educacional do Alto Uruguai – IDEAU. **REI- Revista de Educação do IDEAU**. Vol. 5 – Nº 12 - Julho - Dezembro 2010.

SARTORETTO, Mara, L; BERSCH. **Assistiva Tecnologia e Educação**, 2021. Disponível em: <https://www.assistiva.com.br/tassistiva.html> acesso em: outubro de 2021.

SASSAKI, R. K. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 3. ed. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SCHWARTZMAN, Simon. **Pesquisa acadêmica, pesquisa básica e pesquisa aplicada em duas comunidades científicas**. 1979. Disponível em: Acesso em outubro de 2021.

SILVA, Micaele, A. da; SILVA, Nelcilene, L. da. ASSENTAMENTO SANTA CATARINA - PB: políticas públicas e a convivência com o semiárido. **Revista Rural & Urbano**. Recife. v. 06, n. 02, p. 140-155, 2021. ISSN: 2525-6092. Acesso em: 21 de novembro de 2022.

SILVA, Sayonara Meireles da. **Educação Inclusiva**: A Importância do Cuidador Escolar no Acompanhamento do Educando com Deficiência. Trabalho de Conclusão de Curso. João Pessoa: UFPB, 2018. 46f.

SOARES, S. Educação de pessoas com deficiência que vivem em assentamentos: demandas e perspectivas. In: **ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**, 3., 2010, Brasília. Anais... Brasília, DF: Universidade de Brasília: 2010.

SOUSA, Priscila. (1 de Dezembro de 2022). **Conceito de inclusão**. Conceito.de. <https://conceito.de/inclusao>. Disponível em: <https://conceito.de/inclusao>. Acesso em: 01 de março de 2023.

SOUZA, Ivânia Paula Freitas de; REIS, Edmerson dos Santos. **Educação para a convivência com o semi-árido**: reencantando a educação com base nas experiências de Canudos, Uauá e Curaçá. São Paulo: Pirenópolis, 2003.

TEXEIRA, E. **A Análise de Dados na Pesquisa Científica importância e desafios em estudos organizacionais**. Editora Unijuí. ano 1. n. 2. jul./dez.2003.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987 p.186. MANZINI, E.J. Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semiestruturada. *In*: MARQUEZINE: M. C.;

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. [Adotada pela Conferência Mundial sobre Educação para Necessidades Especiais]. Acesso e Qualidade, realizado em Salamanca, Espanha, entre 7 e 10 de junho de 1994. Genebra, UNESCO 1994.

## APÊNDICE

### ENTREVISTA DE SONDAÇÃO COM A PROFISSIONAL DE APOIO DE EDUCANDOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

A presente entrevista faz parte de um trabalho de monografia do Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo, no ano de 2022. Tendo como objetivo principal compreender quais as especificidades do trabalho do profissional de apoio nas turmas que possuem crianças com necessidades educacionais especiais, visando também às leis que os amparam, além de outros objetivos que buscam entender como o (a) profissional de apoio (a) identificam as aproximações do trabalho desenvolvido com a Educação do Campo a partir dos próprios princípios da Educação Contextualizada.

#### I. DADOS SOCIOPEDAGÓGICOS

Em quais turmas/disciplinas você está acompanhando os alunos? \_\_\_\_\_

Faixa etária: ( ) entre 20 e 25 anos;

( ) entre 25 e 30 anos;

( ) entre 30 e 35 anos;

( ) entre 35 e 40 anos;

( ) entre 40 e 45 anos;

( ) acima de 45 anos.

Tempo de trabalho no magistério: \_\_\_\_\_

#### II. QUESTÕES REFERENTES ÀS CONCEPÇÕES DO PROFISSIONAL DE APOIO

1) Os alunos com necessidades especiais são atendidos em turmas específicas?

( ) Sim ( ) Não

2) Você gostaria ou gosta de trabalhar com alunos com necessidades especiais incluídos em classes comuns?

( ) Sim ( ) Não

Justifique: \_\_\_\_\_

3) Como é trabalhar com alunos com necessidades especiais?

Explique: \_\_\_\_\_

4) De acordo com sua experiência em sala de aula, com alunos com necessidades especiais, você acredita que os mesmos poderiam ser melhores atendidos em turmas específicas, no caso, que trabalhem apenas com a Educação Especial Adaptada?

( ) Sim ( ) Não

5) Em sua opinião o aluno com necessidade especial, que não participa das aulas do componente curricular de Educação Física venha a ser prejudicado de alguma forma, em relação ao seu desenvolvimento motor, social, cognitivo e emocional?

Sim  Não

### **III. QUESTÕES REFERENTES ÀS ATIVIDADES TRABALHADAS**

6) Em sua opinião, você acredita que as atividades trabalhadas em sala de aulas no ensino regular, são apropriadas para os alunos com necessidades especiais?

Sim  Não

Justifique: \_\_\_\_\_

7) Você considera as atividades que são desenvolvidas em sala de aula, adaptadas para os alunos com necessidades especiais ou é necessário às vezes buscar algum outro recurso para facilitar o entendimento do aluno (pesquisas em livros, internet, revistas.....)?

São todas adaptadas       As vezes utilizo outros recursos

Quais? \_\_\_\_\_

### **IV. QUESTÕES REFERENTES À CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL**

8) Você fez algum curso de formação para o atendimento de alunos com necessidades especiais?

Sim  Não

Quais? \_\_\_\_\_

9) Você considera que os professores do ensino regular, são formados ou têm alguma formação para dar aulas para alunos com necessidades especiais em turmas inclusivas?

Sim  Não

10) Foi oferecido a você em algum momento mais algum curso de formação para o atendimento de alunos com necessidades especiais, em turmas inclusivas?

Sim  Não

Quais? \_\_\_\_\_

11) Você acredita que deveria ser oferecido mais cursos de formação?

Sim  Não

12) Você já ouviu falar ou tem algum conhecimento acerca da Resolução 2/2001 do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica e que normatiza o processo de inclusão educacional no Brasil?

Sim  Não

13) Você se considera formado para atender os alunos com necessidades especiais em turmas inclusivas?

Sim  Não

Justifique: \_\_\_\_\_

### QUESTIONÁRIO

1) Tem quantos alunos com necessidades especiais na escola? \_\_\_\_\_

2) Você enquanto profissional de apoio, além de acompanhar o desenvolvimento da criança em sala de aula, desenvolve mais alguma função?

Justifique: \_\_\_\_\_

3) Quais as estratégias utilizadas em sala de aula para que os alunos com necessidades especiais possam acompanhar e interagir nas atividades?

Justifique: \_\_\_\_\_

4) Qual seu conhecimento a respeito das leis de apoio e amparo ao aluno com necessidades especiais?

Justifique: \_\_\_\_\_

5) Você em algum momento chegou a se perguntar o motivo dos alunos com necessidades especiais frequentarem o ensino regular juntamente com os demais alunos?

Sim  Não

Justifique: \_\_\_\_\_

6) Você como profissional de apoio, como definiria o aluno com necessidades especiais?

Justifique: \_\_\_\_\_

7) Como profissional de apoio, você sente a necessidade de ter um melhor conhecimento acerca de quem é o aluno com necessidade especial e das leis que amparam e dão suporte para que os mesmos possam frequentar o ensino regular?

Sim  Não

Justifique: \_\_\_\_\_

8) Como você define o trabalho do profissional de apoio?

Justifique: \_\_\_\_\_

9) Você acredita que os profissionais de apoio deveriam ser melhores valorizados? Por que?

Sim  Não

Justifique: \_\_\_\_\_

10) Qual o seu conhecimento a respeito da Educação do Campo?

---

11) Você acha importante discutir e trabalhar com os alunos questões relacionadas a Educação do Campo?

---

12) São trabalhadas as especificidades da Educação do Campo com os alunos?

---

13) As atividades são contextualizadas com a Educação do Campo?

---